



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 109

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 21 DE SETEMBRO DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Reni Pereira
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 18: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mario Roque - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Milton Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 01: Reni Pereira; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 109

103ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 03

Presenças 03

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Indicações 03

Requerimentos 04

Projetos de Lei 12

Pequeno Expediente:

Dep. Antonio Belinati 16

Dep. Mario Roque 18

Dep. Professor Lemos 19

Dep. Tadeu Veneri 21

Dep. Stephanes Júnior 22

Dep. Rosane Ferreira 23

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 17

Liderança do Democratas

Dep. Elio Rusch 23

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Pastor Edson Praczyk 25

Liderança do PT

Dep. Professor Lemos 20

Dep. Elton Welter 26

Liderança do PDT

Dep. Augustinho Zucchi 27

Liderança do PMDB

Dep. Luiz Claudio Romanelli 28

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício 29

Liderança da Oposição

Dep. Douglas Fabrício 31

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli 33

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 35

Discussão/Votação

Redação Final 36

2ª Discussão 36

1ª Discussão 36

Requerimentos 38

Encerramento da Sessão 39

Publicações:

Diretoria Geral

Portaria DAT 39

Ata de Comissões

Saúde Pública 40

Obras Públicas, Transportes e

Comunicação 40

Publicações Administrativas:

Procuradoria Geral

Parecer 40

Despachos 41

Comissão de Licitação

Minuta de Contrato 41

DIÁRIO Nº 109**103ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 103ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
21 DE SETEMBRO DE 2009**

*(segunda-feira)***Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Jonas Guimarães e Luiz Nishimori.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagnão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mario Roque, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Ney Leprevost, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, e Waldyr Pugliesi (47).

Ausentes os Srs. Deputados: Dr. Batista, Luiz Eduardo Cheida, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo e Teruo Kato (05).

Ausentes com justificativas a Sra. Deputada Cida Borghetti e o Sr. Deputado Fábio Camargo (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual

foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Indicações**

INDICAÇÃO Nº 869/09

SÚMULA:

Solicita a execução de obras de sinalização da rodovia PR-82 no percurso que liga as Cidades de Quinta do Sol e Engenheiro Beltrão.

Ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, o Sr. Dr. Rogério Tizzot:

O Deputado Luiz Accorsi dirige-se ao Sr. Secretário dos Transportes, o engenheiro Rogério Tizzot, para solicitar a execução de obras de sinalização da rodovia PR-82, denominada Helmut Sontag, no percurso que liga as Cidades de Quinta do Sol e Engenheiro Beltrão.

Sala das Sessões, em 21/09/09.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Percorro frequentemente o trecho da PR-82, objeto da presente indicação e entendo como de elevada importância à execução dos trabalhos pretendidos. Também as lideranças políticas da região, reclamam as providências em vista do significativo trânsito ali registrado e, principalmente, por se tratar de pista bastante sinuosa, o que a torna bastante perigosa.

Encaminho a presente solicitação, antecipando agradecimentos pela costumeira atenção do destinatário, o Sr. Secretário Rogério Tizzot, aos pedidos deste Parlamentar.

INDICAÇÃO Nº 870/09

SÚMULA:

Propõe a disponibilidade de um módulo móvel para a Polícia Militar no Município de Palmeira/PR.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná e ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública:

1 - O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, sugere através desta presente Indicação Legislativa, que seja disponibilizado um módulo móvel para a Polícia Militar do Município de Palmeira/PR.

2 - Justifica-se tal indicação legislativa, em razão ao aumento significativo de problemas relacionados à Segurança Pública no Município de Palmeira/PR, sendo que a disponibilidade de um módulo móvel para a PM deste Município estaria facilitando o atendimento a problemas gerados pela violência, trazendo maior tranquilidade e segurança para os cidadãos.

Sala das Sessões, em 21/09/09.

(a) MARCELO RANGEL

INDICAÇÃO Nº 871/09

SÚMULA:

Sugere a pavimentação asfáltica no trecho que liga a Comunidade de Linha Esperança à Comunidade de Faxinal da Boa Vista passando pelo Distrito de Jaciaba - Município de Prudentópolis.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Luiz Fernandes Litro dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a pavimentação asfáltica que liga a comunidade de Linha Esperança passando pelo Distrito de Jaciaba até a comunidade de Faxinal da Boa Vista - Município de Prudentópolis, com extensão aproximadamente de 80 km (oitenta quilômetros).

II - estamos proporcionando a presente indicação, haja vista o grande fluxo de veículos e pedestres que por ali trafegam em razão de ser o único caminho que liga o Município de Prudentópolis ao Distrito à comunidade de Faxinal da Boas Vista. O objetivo é atender os anseios de toda a população de Prudentópolis, cujas populações veem por muito tempo reivindicando solução para melhorar as condições de trafegabilidade e o escoamento da produção da região.

Sala das Sessões, em 21/09/09.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 4584

Senhor Presidente:

O Deputado Chico Noroeste, que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ao Exmo. Governador do Estado, Roberto Requião, e ao Secretário de Estado da Saúde, Gilberto Martin, que evidem esforços no sentido de liberar os R\$ 4,5 milhões - previstos no convênio entre o Governo do Estado e o Município de Foz do Iguaçu - para a conclusão do Hospital Municipal da Cidade.

Sala das Sessões, em 21/09/09.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

No final do mês de março passado, o Governador Roberto Requião assinou um convênio com a Prefeitura de Foz do Iguaçu para a liberação de mais R\$ 4,5 milhões para a conclusão das obras do Hospital Municipal. No entanto, esses recursos ainda não foram liberados para que se faça a segunda etapa das obras da unidade hospitalar tão importante para atender uma população acima de um milhão de habitantes.

Os recursos que fazem parte de convênio serão usados na conclusão do hospital nas obras da lavanderia, cozinha, central de esterilização e administrativo, além de duas unidades de internação - que contará, assim que concluído, com 310 leitos, 32 UTI's, seis salas de cirurgia e um centro de diagnóstico.

Vale destacar que o Governo do Estado já repassou, no passado, R\$ 3 milhões para as obras do hospital. O Governador Requião já adiantou que vai prover a unidade de saúde de todos os equipamentos - tomógrafo e aparelhos de raio-x - necessários para prestar um bom atendimento à população de Foz do Iguaçu, das Cidades do Extremo Oeste, e dos milhares de brasileiros residentes nas Cidades fronteiriças do Paraguai e da Argentina.

O Secretário Estadual da Saúde, Gilberto Martin, adiantou a intenção do Governo do Estado é consolidar essa parceria na construção do hospital e na implantação de um Centro Municipal de Diagnóstico no hospital. No total, segundo o próprio Secretário, os recursos investidos pelo Estado - entre obras equipamentos - devem ultrapassar R\$ 17 milhões.

A unidade de saúde poderá também funcionar como hospital universitário para abrigar as residências médicas e estágios na implantação do curso de medicina - proposto através de projeto de lei na Assembleia Legislativa - no *campus* da UNIOESTE (Universidade Estadual do Oeste do Paraná) em Foz do Iguaçu.

Por fim, entendo que pode ter havido contingenciamento dos recursos em função da crise econômica mundial e da queda de arrecadação - o que levou o Governo do Estado a rever seu plano de obras e investimentos para 2009. Mas ressalto que o País, em especial o Paraná, já supera a crise e que a conclusão do hospital e a sua necessidade são esperadas com muita expectativa para Foz do Iguaçu e região.

REQUERIMENTO Nº 4586

Senhor Presidente:

Em atendimento ao artigo 133 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, vimos REQUERER ao Exmo. Sr. Presidente desta Casa a criação da Frente Parlamentar em Defesa da Duplicação da Rodovia BR-277.

A Frente Parlamentar em Defesa da Duplicação da Rodovia BR-277, a ser presidida por este Deputado Estadual, terá por finalidade mobilizar os Parlamentares para congregar forças na luta pela duplicação da BR-277, no trecho entre os Municípios de Medianeira e Cascavel. A referida Frente Parlamentar somar-se-á ao movimento de setores organizados da sociedade civil que lutam pela urgente execução desta obra, tanto pela sua contribuição para o desenvolvimento regional quanto pela defesa da vida, pois a falta da duplicação tornou esse trecho da BR-277 uma das rodovias mais perigosas do país, com inúmeros acidentes fatais todos os anos.

Sala das Sessões, em 21/09/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

Apoio:

Elton Welter, Dobrandino da Silva, Chico Noroeste, Elio Rusch, Duílio Genari, Ademir Bier, Nereu Moura, Reni Pereira, Luciana Rafagnin, Augustinho Zucchi e Tadeu Veneri.

REQUERIMENTO Nº 4582

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER a possibilidade de formação de uma Comissão Especial formada por 6 (seis) membros Parlamentares desta Casa de Leis para análise e encaminhamento de reunião junto à PETROBRAS/Araucária e à PETROBRAS/Central Nacional para tratar de assuntos relacionados ao pré-sal e ao Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 21/09/09.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

A formação de uma Comissão Especial formada por 6 (seis) membros Parlamentares para análise e encaminhamento de reunião junto à PETROBRAS/Araucária e à Central Nacional PETROBRAS se justifica pelo fato de no Projeto Pré-sal estarem sendo divulgados investimentos da ordem de quase R\$ 200 bilhões ao longo dos próximos 3 (três) anos para pesquisa, prospecção e exploração do petróleo e gás natural ao longo da costa brasileira.

Tendo o Paraná uma vinculação direta com a exploração também da sua margem costeira marítima a qual pode ser muito utilizada, tem esta solicitação o objetivo de tratar deste assunto dentro da referida instituição, bem como suas devidas referências ao nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 4566

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa Executiva da Assembleia Legislativa, que seja realizada Sessão Solene Comemorativa aos 50 anos de inauguração do Hospital Universitário Evangélico, no dia 08 de outubro, quinta-feira, às 11h, no Plenário.

Sala das Sessões, em 21/09/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Estaremos realizando a solenidade para comemorar os 50 anos da inauguração do Hospital Evangélico, prestando homenagens aos fundadores, diretores, médicos e voluntários.

Inaugurado em 05/09/59, o Hospital Evangélico, ao longo de sua história passou por muitas transformações, ampliou o espaço físico, o número de leitos, de equipamentos, profissionais, sempre visando à qualidade no atendimento à população paranaense.

REQUERIMENTO Nº 4552

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificar ausência na Sessão Ordinária do dia 21 de setembro do corrente ano, por estar representando a Assembleia

Legislativa do Estado do Paraná em Brasília em reunião sobre o Projeto de Legalização dos Bingos em nosso país.

Sendo o que se apresenta para o momento agradecido antecipadamente.

Sala das Sessões, em 21/09/09.

(a) FÁBIO CAMARGO

REQUERIMENTO Nº 4540

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do duto Plenário, a inserção em ata dos trabalhos desta Casa de Leis, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Guimarães Taborda Bueno, ocorrido em Curitiba.

Sala das Sessões, em 21/09/09.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná e todas as pessoas que tiveram o privilégio do gozo do seu convívio lastimam o desaparecimento do nosso concidadão, Guimarães Taborda Bueno, ocorrido dia 25 de agosto passado, justamente a cinco dias da celebração do seu 91º aniversário.

Lamenta o Estado do Paraná, pela perda de um dos seus mais importantes capitães de indústria, de um perseguidor de metas, de quem ousou transformar uma pequena indústria numa marca de renome, cuja qualidade de seus produtos ultrapassa fronteiras e é prestigiada já por três gerações de famílias.

Lamenta a família, a esposa, diletta companheira Wanda Woycik Bueno, os filhos Iara e Guivan, a sentida ausência do sempre presente e dedicado marido e pai.

Lamentamos todos nós, pelo apagar de uma estrela que irradiava coragem, animação e exemplos de ética profissional.

Convoco, pois, todos os insígnies companheiros Deputadas e Deputados, para a justa e merecida aprovação deste rogo para que a memória de Guimarães Taborda Bueno, possa ser perenizada nos Anais desta Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, numa demonstração de tributo e de reverência à figura dinâmica e construtiva de quem tanto contribuiu para a consolidação sócio-econômica do Estado, impulsionando uma das suas fábricas referenciais.

É rica de conquistas a vida de Guimarães Taborda Bueno, todas elas marcadas por persistência, por sacrifícios e por invejável tino comercial.

Guimarães após passar pelos cursos colegiais e da Escola Preparatória Brasileira com especialização em Agronomia, foi designado para o exercício de importante função na Secretaria de Agricultura, desde 1943 até 1956 quando comprou uma torrefação de café.

Tendo a família Campos como parceira, funda a empresa Cafés Unidos do Paraná, mais tarde a premiadíssima Café Damasco da qual ocupou todos os cargos de diretoria, culminando no exercício da presidência do seu conselho administrativo.

Guimarães Taborda Bueno foi presidente da Empresa Bueno Empreendimentos e Participações e era integrante dos conselhos da Federação das Indústrias do Estado do Paraná e da Associação das Empresas da Cidade de Curitiba, FIEP e AECIC, respectivamente.

Integrou o Conselho do Sindicato da Indústria Brasileira de Café e foi delegado representante junto à FIEP.

Presidiu o Rotary Club do Oeste de Curitiba, gestão 1994-1995 e foi seu sócio representativo sendo afilhado nesta honraria de Dácio Trevizan.

Em 1990, foi agraciado pelo Batalhão Rodoviário da Polícia Militar com troféu e certificado que lhes foram outorgados em razão de relevantes serviços prestados à corporação.

No ano de 1993 recebe da Polícia Militar do Paraná, certificado de honra ao mérito e é agraciado com o prêmio Cidade de Curitiba, outorgado pela Câmara Municipal de Vereadores da Capital.

Já em 1994 participa de curso ministrado pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, a ADESG e em 1995, é condecorado com a comenda de Mérito Industrial do Paraná, a mais elevada honraria ofertada pela entidade representativa das indústrias paranaenses, a FIEP.

No ano de 1996, Taborda Bueno é reverenciado pelo Rotary Internacional com a Medalha Cinco Safiras - Major Dono e ano seguinte é merecedor de homenagem por parte desta nossa Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e ainda em 2001, a Associação Brasileira da Indústria do Café, confere-lhe a Medalha do Mérito Industrial.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados:

Somam-se a estes tributos, conquistas e homenagens, a iniciativa deste Parlamento em fazer constar das páginas da sua história, o invejável currículo da profícua e laboriosa vida de Guimarães Taborda Bueno.

Finalmente, requero à douta Mesa Diretiva dos trabalhos desta Casa, que, desta iniciativa se dê conhecimento à família enlutada, através do envio de cópia do presente requerimento à senhora viúva Wanda W. Bueno.

REQUERIMENTO Nº 4542

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Josefa Lima de Sousa Machado, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 21/09/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4543

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário,

REQUER voto de pesar pelo falecimento de Gilmar Crun, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 21/09/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4544

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Antonio Kodinski, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 21/09/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4545

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Maria Sionir Marques, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 21/09/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4546

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Mauri Aszies Carneiro, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 21/09/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4549

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Sirlei Sebastião Ferreira, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 21/09/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4550

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Manoel Alves Moraes, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 21/09/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4551

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário,

rio, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Lauro Mayer, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 21/09/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4555

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. João Gulin, ocorrido no dia 05/09/09, nesta Capital.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 21/09/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No dia 05 do corrente, faleceu nesta Capital aos 92 anos de idade, o Sr. João Gulin, que foi um dos fundadores, pioneiros do transporte coletivo do Paraná. Na década de 1950, montou uma das primeiras empresas do setor a Auto Viação Glória. A partir desta, o empreendedor expandiu o grupo para outras duas empresas. A Princesa dos Campos e a Viação Sul.

O empresário João Gulin, era filho de José Gulin e Dona Luiza Barão. Era viúvo da Sra. Rosa Gulin.

É com a voz entrecortada pela emoção que redijo este requerimento para dirigir as últimas palavras ao nobre João Gulin.

Seu corpo baixou a sepultura, mas seu espírito paira mais vivo do que nunca. Ligou seu nome às empresas de transporte que aqui ficaram para atestar os seus dotes de homem realizador. Soube vencer todos os obstáculos na luta ingente a que se atirou - o chefe de família seguro e amoroso que nesta hora está no céu junto a Deus.

Seu exemplo permanecerá redivivo entre os pósteros como uma lição de incentivo.

Aqui tudo faremos para que sua vida permaneça, para atestar aos vindouros as suas excelsas qualidades de homem de ação e coragem.

REQUERIMENTO Nº 4559

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Valdir Fabris, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 21/09/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4560

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de

Wilhelmine Auguste Ana Sprenger, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 21/09/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4553

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido Plenário, respeitosamente, REQUER o envio de votos de congratulações e aplausos a Companhia de Polícia de Choque, pela comemoração do 33º aniversário da corporação.

Sala das Sessões, em 21/09/09.

(a) WALDYR PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

Cumpre-nos manifestar os nossos sentimentos de reconhecimento e gratidão pelos altos padrões de eficiência e profissionalismo demonstrados pela Cia. de Choque nos seus 33 anos de atividades a ser comemorados dia 23.

A Cia. de Choque existe desde 1977 e conta com quatro grupos específicos, Canil (central de cães para busca de pessoas, drogas e entorpecentes, artefatos explosivos, controle de distúrbios civis, entre outros), o COE (Comando de Operação Especializadas) RONE (Rondas Ostensivas de Natureza Especial) e o CDC (Controle de Distúrbios Civis).

O Canil atua no policiamento ostensivo normal, através de rádio patrulha com cães e em eventos com grande concentração de público, como partidas de futebol, no controle de tumultos em prisões. Os cães também são usados em operações para coibir o tráfico de drogas.

A missão do COE, que também integra a Cia. de Choque, é agir em ocorrências em que são exigidas táticas anti-sequestros e libertação de reféns, desarme de bombas, ações anti-motim em presídios, resgate de acidentados e perdidos em florestas, montanhas e locais de difícil acesso. A unidade dispõe de aeronave, viaturas, armamentos e equipamentos especiais.

Já a Rondas Ostensivas de Natureza Especial (RONE) tem como missão principal controle de distúrbios civis e combate a ações de guerrilha urbana e rural. Também apoia o policiamento ostensivo, atuando diretamente nos bairros e locais, onde o índice de criminalidade violenta é alto, e agem em batidas policiais, bloqueios, escoltas e cercos.

As corporações formam a tropa de elite das forças de segurança pública do Governo do Estado, e abriga entre seus efetivos os melhores homens da nossa Polícia Militar do Paraná.

De acordo com o balanço de atividades do primeiro semestre de 2009 (janeiro a junho), a Companhia promoveu 56.155 abordagens, prendendo 604 pessoas. As prisões em flagrante somam 364 ao todo.

No período foram apreendidas 398 armas de fogo (pistolas, revólveres e espingardas) e 3.812 munições. Foram apreendidos também, 19kg de cocaína, 2,27 toneladas de maconha, 31 kg de pasta base de cocaína e 72

unidades de LSD além do atendimento em 9 ocorrências com material explosivo.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná por intermédio deste Parlamentar, sente-se honrado em parabenizar toda a corporação pela comemoração dos seus 33 anos de atividades.

REQUERIMENTO Nº 4556

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, para que fique registrado para a posteridade, voto de congratulações e aplausos pela solenidade comemorativa dos 75 anos da antiga sede dos Correios de Curitiba (Correio Velho).

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dado Ciência ao Dr. Itamar Ribeiro, Diretor Geral para que receba e transmita a todos os membros do Correio.

Sala das Sessões, em 21/09/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Comemora-se no próximo dia 24 do corrente, os 75 anos da antiga sede dos Correios de Curitiba. Dia em que tempos não mui remotos marcava um dia de lutas pelo progresso do nosso Correio.

Em todas as épocas e em todos os tempos os Correios incumbiram a defesa de todos os serviços para a população. Pode-se afirmar que o Correio ser a alma mater da nação. Nele se integram o espírito de sacrifício e de heroísmo, de abnegação e renúncia. Não só de pão material vive o homem, mas por igual do pão e do espírito. Um povo não se faz admirar, apenas pela sua força bruta, mas sobre tudo, pelo seu trabalho efetivo.

REQUERIMENTO Nº 4579

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos legislativos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos a todas as Sras. e Srs. Vereadores do Estado do Paraná pela passagem do Dia do Vereador, que será comemorado dia 1º de outubro.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado conhecimento ao Sr. Vereador Bento Batista da Silva, Presidente da UVEPAR - União dos Vereadores do Estado do Paraná para que receba e transmita a todos os Edis do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 21/09/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No próximo dia 1º de outubro será comemorado o Dia do Vereador. É com imenso prazer que inicio a redação deste requerimento para saudar efusivamente todas as Sras. e Srs. Vereadores do Estado do Paraná.

Gostaria de enfatizar, nesta oportunidade, a flagrantemente importância que o Vereador tem no Município.

O contato que, diuturnamente, o Vereador exercita junto à população faz do mesmo um destacado e genuíno intérprete dos mais legítimos anseios e interesses do cidadão perante as autoridades estaduais e federais.

O próprio vocábulo Vereador já denota a relevância da atividade exercida. Vem de vereda e significa aquele que indica o caminho. Conhecer de perto, no dia a dia, os hábitos, os costumes, as tradições e, principalmente, as aspirações de uma determinada coletividade retempera o espírito, aguça os mais legítimos sentimentos de solidariedade e humanismo, abrindo horizontes de qualquer ser humano. Não é sem razão que famosos políticos do Brasil definem com sensibilidade e sentimentos, sobre seus Municípios. Também não foi sem razão que a Constituição incluiu o Município no desenho federativo brasileiro. A experiência demonstra que a centralização não contribui para o desenvolvimento harmonioso de nenhuma atividade. Assim, devemos considerar que a descentralização é um importante instrumento que agiliza a ação municipal de desbancatiza os recursos destinados a população do seu Município.

Para tudo isto, é que a população continua contando com a efetividade do trabalho de base confiado às Câmaras de Vereadores do Estado do Paraná. Em cada um dos propósitos municipais, estará sempre presente a participação dos Municípios, com a colaboração de seus EDIS e a participação fiscalizadora necessária ao melhor aproveitamento dos recursos alocados.

Parabenizamos, através desta proposição, todas as Sras. e Srs. Vereadores paranaenses.

REQUERIMENTO Nº 4586 "A"

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Município de Cambará pelos seus 85 anos de emancipação política comemorado em 21 de setembro.

Requer ainda, que seja dada ciência ao Sr. Jose Salim Haggi Neto - Prefeito Municipal e ao Vereador João Antonio Tinelli - Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, através de correspondência a ser encaminhada as respectivas autoridades.

Sala das Sessões, em 21/09/09.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 4567

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Irineu Ferrari.

Sala das Sessões, em 21/09/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Irineu Ferrari, um grande empreendedor do Paraná que iniciou suas atividades com a empresa Supermercado Ferrari, tendo adquirido experiência e se fortalecido como comerciante, destacando-se na sua área de atividade. Lutador e vencedor em um mercado profissionalizado e competitivo.

Um cidadão engajado no crescimento e no desenvolvimento sócio-cultural e empresarial da comunidade de Curitiba. Empreendedor e dinâmico tem em suas atividades um multiplicador de empregos que fomentam a economia local, um Guerreiro do Comércio.

REQUERIMENTO N° 4568

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Sra. Iracema Hissami Maeda.

Sala das Sessões, em 21/09/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Iracema Hissami Maeda, uma grande empreendedora do Paraná que iniciou suas atividades com a empresa Salão Iracema Cabeleireira, tendo adquirido experiência e se fortalecido como comerciante, destacando-se na sua área de atividade.

Lutadora e vencedora em um mercado profissionalizado e competitivo. Uma cidadã engajada no crescimento e no desenvolvimento sócio-cultural e empresarial da comunidade de Rolândia. Empreendedora e dinâmica, tem em seu salão, um multiplicador de empregos que fomentam a economia local, uma Guerreira do Comércio.

REQUERIMENTO N° 4569

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Elcio Henrique Coninck Ribeiro.

Sala das Sessões, em 21/09/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Elcio Henrique Coninck Ribeiro, um grande empreendedor do Paraná que iniciou suas atividades com a empresa Rimapar, tendo adquirido experiência e se fortalecido como comerciante, destacando-se na sua área de atividade. Lutador e vencedor em um mercado profissionalizado e competitivo.

Um cidadão engajado no crescimento e no desenvolvimento sócio-cultural e empresarial da comunidade de Curitiba. Empreendedor e dinâmico tem em suas atividades um multiplicador de empregos que fomentam a economia local, um Guerreiro do Comércio.

REQUERIMENTO N° 4570

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas

atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Ednelcio Cavassin.

Sala das Sessões, em 21/09/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Ednelcio Cavassin, um grande empreendedor do Paraná que iniciou suas atividades com a empresa H. Cavassin Comércio de Frutas e Verduras, tendo adquirido experiência e se fortalecido como comerciante, destacando-se na sua área de atividade. Lutador e vencedor em um mercado profissionalizado e competitivo.

Um cidadão engajado no crescimento e no desenvolvimento sócio-cultural e empresarial da comunidade de Curitiba. Empreendedor e dinâmico tem em suas atividades um multiplicador de empregos que fomentam a economia local, um Guerreiro do Comércio.

REQUERIMENTO N° 4571

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Sra. Josiane Maria Trica.

Sala das Sessões, em 21/09/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Josiane Maria Trica, uma grande empreendedora do Paraná que iniciou suas atividades com a empresa Calceaki Calçados, tendo adquirido experiência e se fortalecido como comerciante, destacando-se na sua área de atividade. Lutadora e vencedora em um mercado profissionalizado e competitivo.

Uma cidadã engajada no crescimento e no desenvolvimento sócio-cultural e empresarial da comunidade de Curitiba. Empreendedora e dinâmica, tem em suas lojas, um multiplicador de empregos que fomentam a economia local, uma Guerreira do Comércio.

REQUERIMENTO N° 4572

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Sra. Cybelle Cristina Xavier.

Sala das Sessões, em 21/09/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Cybelle Cristina Xavier, uma grande empreendedora do Paraná que iniciou suas atividades com a empresa Calceaki Calçados, tendo adquirido experiência e se fortalecido como comerciante, destacando-se na sua área de atividade. Lutadora e vencedora em um mercado profissionalizado e competitivo.

Uma cidadã engajada no crescimento e no desenvolvimento sócio-cultural e empresarial da comunidade de Curitiba e região. Empreendedora e dinâmica, tem em suas lojas, um multiplicador de empregos que fomentam a economia local, uma Guerreira do Comércio.

REQUERIMENTO N° 4573

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Francisco Morales.

Sala das Sessões, em 21/09/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Francisco Morales, um grande empreendedor do Paraná que iniciou suas atividades com a empresa Ótica Diamante, tendo adquirido experiência e se fortalecido como comerciante, destacando-se na sua área de atividade. Lutador e vencedor em um mercado profissionalizado e competitivo. Um cidadão engajado no crescimento e no desenvolvimento sócio-cultural e empresarial da comunidade de Maringá. Empreendedor e dinâmico tem em suas atividades um multiplicador de empregos que fomentam a economia local, um Guerreiro do Comércio.

REQUERIMENTO N° 4574

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Fausto Gonçalves Batista.

Sala das Sessões, em 21/09/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Fausto Gonçalves Batista, um grande empreendedor do Paraná que iniciou suas atividades com a empresa Máster Farma, tendo adquirido experiência e se fortalecido como comerciante, destacando-se na sua área de atividade.

Lutador e vencedor em um mercado profissionalizado e competitivo. Um cidadão engajado no crescimento e no desenvolvimento sócio-cultural e empresarial da comunidade de Cascavel. Empreendedor e dinâmico tem em sua rede de farmácias um multiplicador de empregos que fomentam a economia local, um Guerreiro do Comércio.

REQUERIMENTO N° 4575

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Claudio Kluger.

Sala das Sessões, em 21/09/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Claudio Kluger, um grande empreendedor do Paraná que iniciou suas atividades com a empresa Kluger Veículos, tendo adquirido experiência e se fortalecido como comerciante, destacando-se na sua área de atividade.

Lutador e vencedor em um mercado profissionalizado e competitivo. Um cidadão engajado no crescimento e no desenvolvimento sócio-cultural e empresarial da comunidade de Castro. Empreendedor e participativo, é exemplo de organização, atuando sempre nos meios

comerciais de sua Cidade e da região, um Guerreiro do Comércio.

REQUERIMENTO N° 4561

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosa-mente requerer Menção Honrosa, ao Dr. Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, Procurador Regional do Trabalho da 9ª Região, que com seu esforço pessoal, investido da função laboral que exerce, tanto contribui para a sociedade paranaense.

Solicito a especial gentileza em notificar acerca da menção honrosa, em apreço, o Dr. Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, que realizar-se-á no dia 05/11/09, neste Plenário.

Sala das Sessões, em 21/09/09.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO N° 4562

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo nominado, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, REQUER, por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, a aprovação da concessão de menção honrosa à Diocese de Campo Mourão a ser entregue por ocasião da sessão especial em comemoração aos seus 50 anos, no dia 09/10/09, no Município de Campo Mourão.

A distinção conferida à Diocese deverá ser entregue na pessoa de Dom Francisco Javier Dalvalle Paredes que participará da sessão especial.

Ainda, aproveitamos o ensejo para manifestarmos a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 21/09/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

REQUERIMENTO N° 4565

Senhor Presidente:

O presente Deputado que ora subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Exmo. Diretor Geral do DETRAN-PR Sr. David Antonio Pancotti, solicitando o credenciamento de clínicas no Município de Colombo para a realização dos exames exigidos pelo órgão quando da retirada da primeira habilitação e sua consequente renovação.

Justifica-se o pedido não só pela natureza e importância da matéria, mas pelo fato de que o Município de Colombo conta atualmente com mais de 240 (duzentos e quarenta mil habitantes), não tendo no Município, nenhuma clínica credenciada para a realização dos exames solicitados pelo DETRAN-PR

A ausência de clínicas credenciadas implica em causar a população local enorme transtorno, pois esta acaba por ter que se deslocar até Curitiba para poder realizar os exames exigidos.

Dito isto, nosso requerimento é no sentido de solicitar ao Diretor Geral do DETRAN as providências quanto ao credenciamento de clínicas que façam os exa-

mes arrolados pelo órgão, não tendo a população local que se deslocar de Colombo a Curitiba para cumprir referido requisito a obtenção da primeira carteira ou renovação desta.

Nestes termos, pede deferimento.

Sala das Sessões, em 21/09/09.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 4580

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Conselheiro Hermas Brandão, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, solicitando o agendamento de Curso da Escola Pública do Tribunal de Contas no Município de Medianeira, atendendo ofício dos Vereadores Pedro Ignácio Seffrin, Edir Josmar Moreira, Jean Rogers Bogoni, Ademir Paulino Ferrari e José Valdir Linhar.

Sala das Sessões, em 21/09/09.

(a) CHICO NOROESTE

REQUERIMENTO Nº 4581

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, solicitando recursos suficientes para a revitalização total, através de recape asfáltico e construção de acostamento da PR- 495, trecho que compreende os Municípios de Medianeira e Missal, como também, o readequar o trevo de acesso à comunidade de Maralucia, recapeando o percurso do trevo até a comunidade, atendendo ofício do Vereador Pedro Ignácio Seffrin, da Câmara Municipal de Medianeira.

Sala das Sessões, em 21/09/09.

(a) CHICO NOROESTE

REQUERIMENTO Nº 4585

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, seja enviado expediente ao Secretário de Estado dos Transportes para priorizar, em regime de urgência, a duplicação do trecho rodoviário entre as Cidades do Quadro Pontes e Marechal Cândido Rondon, pelas razões adiante elencadas na justificativa deste requerimento.

Sala das Sessões, em 21/09/09.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

A duplicação do referido trecho rodoviário, de cinco quilômetros, ou, ao menos, a construção de uma terceira pista, é de inegável necessidade. A grande movimentação de veículos nesse pequeno percurso, que faz parte da BR- 163, uma das mais longas do País, requer essa melhoria com extrema urgência.

Por interligar as mais produtivas regiões agrícolas brasileiras, revela notar que a BR-163 é rodovia de imenso tráfego nos sentidos norte-sul e vice-versa, em especial de veículos de cargas.

Paralelo a isso, resultado da intensa atividade econômica regional, registra-se também nesses poucos quilômetros uma enorme movimentação de centenas e centenas de veículos entre as Cidades de Marechal Cândido Rondon a Quatro Pontes, ou às Cidades de Toledo e Cascavel, e vice-versa, que se estende até a Cidade de Guaira.

Em consequência desse enorme vai e vem de veículos, como forma de melhorar a segurança nesse pequeno trecho, há um bom tempo atrás foi necessário reduzir drasticamente as alternativas de ultrapassagem. O que acabou trazendo enorme lentidão, obrigando motoristas de veículos pequenos a ficarem longos períodos atrás de caminhões lentos, sem a menor chance de ultrapassar.

Se não bastasse, agora mais recente, a situação que já era muito complicada e difícil, veio a piorar ainda mais. Com a entrada em funcionamento da balança de pesagem de caminhões junto ao Posto da Polícia Rodoviária de Quatro Pontes, quando em operação, forma longas filas no sentido Marechal Cândido Rondon/Quatro Pontes/Toledo, deixando condutores irritados e a mercê de perdas econômicas e de insegurança.

É por estas razões, que encaminho o presente requerimento e conto com a pronta anuência do douto Plenário.

REQUERIMENTO Nº 4586B

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio expediente para o Sr. Rubens Guilhardi - Diretor Presidente da Companhia Paranaense de Energia- COPEL, solicitando a viabilidade de liberação de um veículo com estada para atender o Município de Porto Amazonas, conforme ofício encaminhado pelo ilustre Vereador Luiz Carlos Chimiloski - PRB.

Tal solicitação, prende-se ao fato das dificuldades encontradas pelo referido Município especialmente na manutenção da rede elétrica, especificamente na troca de lâmpadas. Destacando ainda, que atualmente este serviço está sendo efetuado com o auxílio de uma máquina pá carregadeira, colocando em risco a vida do funcionário que executa o referido serviço.

Requer ainda, seja dada ciência ao Vereador Luiz Carlos Chimiloski.

Sala das Sessões, em 21/09/09.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 4586C

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio expediente para a Sra. Yvelise Freitas Arco-Verde - Secretária de Estado da Educação, solicitando a viabilidade de construção de paredes late-

rais da quadra de esportes da Escola Maria de Lourdes Heinbecker no Município de Porto Amazonas, conforme ofício encaminhado pelo ilustre Vereador Luiz Carlos Chimiloski - PRB.

Tal solicitação, prende-se ao fato de que as atividades esportivas na referida quadra de esportes nos dias de chuva e frio ficam impraticáveis pelos alunos, devido a quadra ser aberta.

Requer ainda, seja dada ciência ao Vereador Luiz Carlos Chimiloski.

Sala das Sessões, em 21/09/09.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 4586D

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio expediente para o Sr. Lindsley da Silva Rasca Rodrigues - Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Paraná, solicitando a viabilidade de liberação de um veículo caminhão tipo pipa para atender o Município de Porto Amazonas, conforme ofício encaminhado pelo ilustre Vereador Luiz Carlos Chimiloski - PRB.

Tal solicitação, prende-se ao fato das dificuldades encontradas pelo referido Município especialmente em épocas de grande estiagem quando ocorrem situações de incêndios nas matas, bem como os reflexos ocasionados pela poeira imensa que afeta significativamente o ar. Destacando ainda, que o Município não possui efetivo do Corpo de Bombeiros e Brigada de Incêndios.

Requer ainda, seja dada ciência ao Vereador Luiz Carlos Chimiloski.

Sala das Sessões, em 21/09/09.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 4586E

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio expediente para o Dr. Gilberto Martin - Secretário de Estado da Saúde, solicitando a viabilidade de liberação de uma ambulância para o Município de Porto Amazonas, conforme ofício encaminhado pelo ilustre Vereador Luiz Carlos Chimiloski - PRB.

Tal solicitação, prende-se ao fato do referido Município possuir sérias dificuldades em relação ao transporte de pacientes, pois os veículos que estão a disposição para atender a população são atingidos e frequentemente apresentam defeitos.

Requer ainda, seja dada ciência ao Vereador Luiz Carlos Chimiloski.

Sala das Sessões, em 21/09/09.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 494/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Capacitação da Mulher e Centro de Educação Infantil Anita Correia, com sede e foro no Município de Londrina/PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Capacitação da Mulher e Centro de Educação Infantil Anita Correia atua no atendimento às crianças carentes de 0 a 14 anos. A instituição, fundada em 2005, presta serviços gratuitos e permanentes de assistência social, educação e promoção humana junto às crianças e adolescentes em vulnerabilidade social, bem como familiares.

O trabalho é desenvolvido com crianças e adolescentes de ambos os sexos em regime de educação infantil, apoio sócioeducativo e iniciação profissional, como alternativa para integração social dos mesmos e da família à comunidade.

A associação busca atingir os objetivos atuando de forma integrada às políticas sociais de enfrentamento a pobreza, garantia dos direitos sociais, de cidadania e de integração sócioeconômica. A entidade adotou um sistema pedagógico que respeita a diversidade de expressões culturais, sem qualquer tipo de discriminação social, sexual, religiosa ou de características humanas diferenciadas.

As atividades da Associação de Capacitação da Mulher e Centro de Educação Infantil Anita Correia são desenvolvidas por meio de ações e execuções de projetos, programas e outros meios necessários ao apoio do aperfeiçoamento pessoal. Sendo assim, solicitamos que o apoio dos nobres pares desta Casa de Leis, ao projeto de lei que apresento por se tratar de matéria de elevado cunho meritório.

PROJETO DE LEI Nº 495/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam isentos de parte do pagamento da taxa de pedágio os veículos considerados leves, automóveis e motos, pertencentes à pessoa física moradores dos Municípios do Litoral do Paraná - Paranaguá, Antonina, Morretes, Guaraqueçaba, Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba, cujos veículos estejam ali emplacados, abrangidos pela Concessionária Ecovia Caminho do Mar S/A.

Parágrafo Único. A incidência de isenção, que se refere ao artigo anterior, seria na ocasião em que o veículo retornasse ao Município de origem, quando haveria o desconto de 50%, no ato da compra no início da viagem.

Art. 2° Para se habilitar à isenção do desconto, o condutor deverá comunicar no pagamento da taxa de pedágio que é morador do Município, comprovando com documento próprio de residência.

Art. 3° O credenciamento de isenção será elaborado e cedido ao usuário pela Concessionária Ecovia Caminho do Mar S/A, após comprovação de residência e do registro do veículo emplacado no Município.

Art. 4° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21/09/09.

(a) MARIO ROQUE

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa isentar todos os moradores que tenham residência fixa e são proprietários de veículos leves (motos, automóveis), registrados nos Municípios do Litoral do Paraná (Paranaguá, Antonina, Morretes, Guaraqueçaba, Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba). A isenção será de parte do pagamento, ou seja, o usuário pagará apenas uma vez. Este benefício é apenas para uma pequena parcela da população paranaense, a população do Litoral do Paraná, que necessita se deslocar a outros Municípios, muitas vezes a procura de atendimento médico especializado, compras especiais, viagens aéreas, eventos culturais e outros.

A empresa concessionária que explora o pedágio no trecho que liga a Capital ao Litoral não teria prejuízos, até porque, o grande movimento é em feriados, férias escolares e com o escoamento da safra, resguardando todos os pagamentos com relação ao pedágio.

A empresa Ecovia, pratica a tarifa mais alta do Estado (R\$ 12,50 - doze reais e cinquenta centavos) e já tem benesses no Litoral, pois nos finais de semana ou feriados a empresa priva o direito de ir e vir dos moradores de Paranaguá e Pontal, das 15h às 19h. A Cidade de Paranaguá tem constantemente suas ruas e avenidas totalmente destruídas com o tráfego de veículos pesados, principalmente nos bairros adjacentes ao porto. A Ecovia presta manutenção apenas até a entrada da Cidade (marco zero), e o ônus fica para o Município. Então, Srs. Deputados, seria uma forma de compensação aos moradores do nosso Litoral.

Os poucos usuários não serão isentos totalmente de pagamento de pedágio, mais sim um desconto que facilita o acesso mais frequente as outras Cidades. Esta isenção parcial também vale como incentivo aos usuários para que usem seus veículos, o que trará uma pequena queda de arrecadação seja compensada por mais movimentação

entre os Municípios. Temos plena certeza que esta modalidade beneficiará os usuários e ao mesmo tempo não causará prejuízos à concessionária Ecovia.

Com isso, esperamos contar com o apoio dos nobres Parlamentares desta Casa para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI N° 496/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° Institui em todo o território paranaense os Jogos Paradesportivos do Estado do Paraná.

Art. 2° Para efeitos desta lei o evento paradesportivo, cultural e social deverá ter sua abrangência em todo Estado do Paraná e, o maior número possível de pessoas portadoras de necessidades especiais ou mobilidade reduzida.

Parágrafo Único. Tem como objetivo os Jogos Paradesportivos do Estado do Paraná incentivar a competição esportiva entre os atletas portadores de deficiência física, e consequentemente possibilitar o congraçamento e aperfeiçoamento dos mesmos.

Art. 3° O Poder Executivo e seus órgãos auxiliares apresentarão regulamento próprio estabelecendo os procedimentos e as normas técnicas a serem seguidas.

Art. 4° O Poder Executivo ou seus órgãos assistentes poderão firmar convênios com entidades da sociedade organizada, públicas ou privadas para consecução dos objetivos nesta lei.

Art. 5° Fica incluído no Calendário Oficial do Estado os Jogos Paradesportivos do Estado do Paraná.

Parágrafo Único. A data de que trata o *caput* deste artigo, poderá ser definida pelo Poder Executivo, Associação(s) e/ou Conselho(s) representantes de pessoas portadoras de necessidades especiais ou mobilidade reduzida.

Art. 6° Dos Jogos Paradesportivos do Estado do Paraná, poderão também participar paraatletas oriundos de outros Estados e Países.

Art. 7° O Poder Executivo regulamentará esta lei, no que couber, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação.

Art. 8° As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias existentes, suplementadas se necessárias, ficando obrigatória sua inclusão nos orçamentos futuros.

Art. 9° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21/09/09.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A promoção social, da prática do desporto e da inclusão são deveres constitucionais do Estado.

A prática desportiva tem, comprovadamente, sido um dos melhores instrumentos de fomento da sociedade, seja melhorando a qualidade de vida dos praticantes, seja pela oportunidade de entretenimento e sociabilidade, enfim possui um poder sinérgico ímpar.

A atenção diferenciada às pessoas portadoras de necessidades especiais e mobilidade reduzida é uma forma de humildemente tentar diminuir as restrições cotidianas, além de dar direito isonômico no que tange a competitividade e participação esportiva. É uma ação de consciência e coerência.

Assim, nada melhor que conciliar políticas publicadas de atividades esportivas pensadas e planejadas para todos, isenta de discriminação, com eventos aonde possam, além de uma maior interação com pessoas de outras comunidades, exercer uma competitividade saudável.

Constitucionalmente a iniciativa parlamentar justifica-se visto que não se criam despesas, além do que uma proposta como a apresentada norteia a alvitra uma ação que seja complementada e regulamentada pelo Poder Executivo.

Sendo assim, julgando tratar-se de matéria com teor de grande relevância social para os cidadãos do Estado do Paraná, o autor apresenta o projeto aos nobres Pares, solicitando seu apoio para sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 497/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Organização de Ensino e Pesquisa do Paraná - OREPAR, com sede e foro no Município de São Mateus do Sul.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21/09/09.
(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A Organização de Ensino e Pesquisa do Paraná, com sede e foro no Município de São Mateus do Sul, entidade sem fins lucrativos, tem por finalidades promover o desenvolvimento educacional e social da comunidade local, particularmente os cidadãos mais carentes de bens materiais e ou espirituais, através de iniciativas beneficentes no setor da cultura e educação.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 498/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Depois de esgotados todos os prazos para a

confeção de boletins de ocorrências, laudos periciais e demais documentos necessários sobre o produto e mercadorias, fruto de roubo ou furto, e que forem apreendidos pelas autoridades do Governo do Estado do Paraná, sempre que possível, serão destinados às instituições filantrópicas sem fins lucrativos.

Parágrafo Único. Só poderão ser beneficiadas as entidades que possuírem o título de utilidade pública estadual e que estejam regularmente cadastradas junto a Secretaria de Estado do trabalho, Emprego e Promoção Social - SETP.

Art. 2º Os produtos alimentícios apreendidos também poderão ser doados para as entidades, após a infração constatada pela autoridade policial.

Art. 3º Não será, em hipótese alguma, permitida às instituições beneficiadas nos termos desta lei a comercialização dos produtos doados, salvo com autorização da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social - SETP.

Parágrafo Único. Os recursos obtidos pela comercialização dos produtos deverão, obrigatoriamente e comprovadamente, serem utilizadas para benfeitorias das instituições beneficiadas.

Art. 4º Caberá ao Poder Executivo a regulamentação da presente lei.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21/09/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

Diariamente são noticiadas apreensões das mais diversas efetuadas pelas nossas autoridades policiais e fiscais. A destinação destes produtos pode ser otimizada se destinada com agilidade de forma a garantir a integridade dos produtos. Por vezes se verifica a deteriorização e a efetiva perda dos produtos pela falta de agilidade e sua destinação. A perda por deterioração, por vezes, impede a sua utilidade, inclusive, como prova criminal contra os responsáveis pelas cargas apreendidas.

O objetivo desta propositura é destinar todo esse material para a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego, e Promoção Social - SETP, que atende inúmeras entidades em todo o nosso Estado e terá a regulamentação necessária para a efetiva distribuição de todo material apreendido, que será de grande valia para aqueles assistidos pelas entidades.

PROJETO DE LEI Nº 499/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam as instituições de educação superior privadas, que ofertarem bolsas de estudos, obrigadas a

publicar, anualmente, via mural, páginas oficiais da internet e demais meios de comunicação apropriados, os critérios de concessão das referidas bolsas, bem como os nomes dos beneficiados e percentual de valores das mesmas.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21/09/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto visa aumentar o conhecimento da população universitária, bem como a população em geral, acerca dos critérios de concessão e das ofertas de bolsas de estudos das instituições, fazendo com que todos possam pleitear e se beneficiar em situação de igualdade.

Pelo exposto, solícito, com a devida vênica, aos nobres Deputados e Deputadas, a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 500/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Dia o Auditor Fiscal da Receita Estadual do Paraná.

Parágrafo Único. O Dia do Auditor Fiscal da Receita Estadual do Paraná será comemorado no dia 21 de setembro.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21/09/09.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

A instituição de uma data para homenagear o Auditor Fiscal demonstra a importância deste cargo. E se o auditor fiscal é importante para o Estado o é também e, por conseguinte, para toda a sociedade, vez que a atuação do Estado é consectário natural da existência do interesse público.

Se há intervenção do Estado, em praticamente, todas as atividades humanas, existem necessidades públicas que denotam interesses básicos a serem satisfeitos e que são objetivos a serem atendidos pelo Poder Público. Importante dizer que estas necessidades públicas revestem-se de tamanha importância que são asseguradas no nosso Texto Constitucional. Logicamente nenhuma necessidade pública poderá ser atendida sem que o Estado desenvolva uma atividade financeira, arrecadando recursos e administrando-os para que se alcance um objetivo maior.

Diante disto, logo percebemos que nada disto se viabilizaria se não tivermos o aparato humano pra cumprir este mister de arrecadar recursos para o provimento das necessidades. Sem essa participação, os direitos sociais do cidadão, entre eles, a saúde, a educação, a segurança, bem como os programas sociais, não serão

assegurados sem essa participação, a folha de pagamento dos servidores não será cumprida, as rodovias e ruas não serão pavimentadas. Sem essa participação, não se alcançará, ao menos o mínimo existencial, que deve ser garantido à coletividade.

Evidente que este aparato humano se materializa na função dos auditores fiscais tributários. Sem que esses executem a tarefa de controle e fiscalização de arrecadação dos tributos, o Estado não alcançará sus finalidades precípuas. A máquina pública se estagnar.

A arrecadação de nosso Estado evidencia a eficiência dos auditores, sua qualificação profissional e, principalmente, seu comprometimento com o trabalho.

Desta forma, a par das conquistas de nossos auditores fiscais tributários, a par de seus esforços para alcançar suas prerrogativas, observamos a dedicação para que o nosso Estado alcance alto grau de desenvolvimento. Enfim, podemos dizer aos auditores fiscais que eles fazem parte da história de nosso Estado e do seu desenvolvimento, contribuindo para que o nosso Estado seja um bom lugar para se viver e tabalhar.

PROJETO DE LEI Nº 501/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica dispensado o reconhecimento de firma em qualquer documento produzido no Paraná destinado a fazer prova junto a órgão e entidades da Administração Pública estadual, quando assinado perante o servidor público a quem deva ser apresentado, salvo na existência de dúvida fundada quanto à autenticidade e no caso de imposição legal.

Art. 2º A juntada de documento, quando decorrente de disposição legal, poderá ser feita por cópia autenticada, dispensada nova conferência com o documento original.

§ 1º A autenticação poderá ser feita, mediante cotejo da cópia com o original, pelo próprio servidor a quem o documento deva ser apresentado.

§ 2º Verificada, a qualquer tempo, falsificação de assinatura ou de autenticação de documento público ou particular, o órgão ou entidade considerará não satisfeita a exigência documental respectiva e, dentro do prazo máximo de cinco dias, dará conhecimento do fato à autoridade competente para adoção das providências administrativas, civis e penais cabíveis.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21/09/09.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por finalidade precípu garantir aos cidadãos que fruem do serviço público uma maior agilidade e mais celeridade no acesso aos órgãos públicos.

O agente público detém, como bem se sabe, fé pública, qual seja, o Estado lhes confere um voto de confiança, possibilitando a atuação em nome dele. Frente a esta situação é que, com o implemento desta lei, ficarão os servidores desde logo autorizados a reconhecer a assinatura do apresentante, sem exigência de reconhecimento de firma ou ato que o valha, o que, sem dúvida, pode vir a atrasar o bom desempenho do serviço público.

O valor agilidade e eficiência é buscado inclusive no texto da Constituição da República, em seu artigo 37, ora *in verbis*:

Art. 37. A Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte.

Necessário dar destaque a possibilidade de o servidor, quando embasado em dúvida fundada, possa vir a não reconhecer diretamente a firma, ocasião na qual requererá a cópia do documento apto a atestar a regularidade da via apresentada.

No mesmo sentido, de desburocratização no serviço público e com teor semelhante ao do presente projeto, tem-se o Decreto Federal nº 6932/09, bem como o Decreto de São Paulo nº 52658/08.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Presidente, Deputado Nelson Justus; Deputado Nishimori; Deputado Jonas; colegas e paranaenses.

Parabéns, Deputado Valdir Rossoni, pelo grande encontro do PSDB no sábado, no Madalosso.

Recebemos e-mail do Fábio Ferreira, ele questiona sobre os gastos que tivemos com locação de veículos. Como é bom o Portal Transparência. E eu, respeitosa-mente, respondi ao Fábio Ferreira.

E-mail que a nossa equipe seleciona aqui para dar-amos atenção aos paranaenses. A nossa equipe é muito carinhosa com todos os nossos eleitores.

O Rodrigo Meirelles: *Agradeço, em meu nome, Deputado Belinati, e de milhões de paranaenses, pela sua atitude corajosa em votar contra os fumódromos, indo assim ao encontro dos interesses do povo. Nós, os paranaenses, nos sentimos honrados em confiar os nossos interesses a V. Exa. Admiro, a cada dia que passa, a sua postura, o seu caráter e a sua firmeza nas decisões. Obrigado por defender a nossa saúde, defender os nossos interesses. Abraços calorosos, meu amado e idolatrado, Deputado. Assinado: Rodrigo Meirelles, de Londrina.*

Obrigado Rodrigo.

De Telêmaco Borba, Flávia Regina Kotleski Rodrigues, Coordenadora Municipal do Programa de Combate ao Tabagismo. Uma mulher muito competente, estava fazendo avaliação aqui sobre o mal que o cigarro causa. E graças a Deus, aprovamos para proibir de fumar em local fechado.

Do nosso querido Jean Domingues: *Deputado Belinati, a Universidade Federal do Paraná, Pró-Reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante, Núcleo de Concursos, através do Edital nº 009/09 NC, está abrindo inscrição para vestibular de Pedagogia e Administração, que é um curso de ensino à distância. Correto. Mas, acontece que quem passar nesse vestibular terá que se deslocar até Curitiba para fazer a matrícula. Ora, Deputado Belinati, analisemos, temos vários colegas que irão prestar esse vestibular, e se aprovados, terão que viajar para Curitiba para fazerem pessoalmente a matrícula. Muitos não têm condições. Uma viagem de ida e volta do interior para Curitiba fica, em média, R\$ 400. Ele mandou um e-mail para a Reitoria da Universidade, ele acha que houve muita incoerência, porque basta o Reitor, a universidade, mudar o edital. Para que tem que vir aqui para fazer a matrícula, se o ensino é a distância? Imagine se alguém for fazer, meu caro Jean Domingues, um ensino à distância, se a sede do curso for em Manaus, o cidadão tem que sair de Curitiba, de Londrina ou de Foz do Iguaçu e viajar até Manaus para fazer a matrícula, porque ele foi aprovado. Está errado. O Jean Domingues está correto.*

O Joilson Saraiva: *Moro em Ponta Grossa, assisto à Sessão da Assembleia Legislativa e vi nesta semana, quando o senhor subiu à tribuna para falar sobre o concurso da Polícia Militar, do seu projeto que é para acabar com o limite de 30 anos de idade, no máximo, para quem quiser ingressar nesta instituição. Teve um Deputado que questionou sobre a idade, falando que aos 35 anos a pessoa não tem preparo físico para exercer a profissão de policial militar. Acho que o Deputado estava equivocado ao fazer o questionamento, pois uma das provas para entrar na Polícia é exatamente o teste de aptidão. Então, quem tiver apto vai ingressar na Polícia, e quem não estiver vai ser reprovado nesse teste. Estou plenamente de acordo com o seu projeto de lei. Meus parabéns! Estou divulgando e passando e-mail para todos os meus amigos, falando sobre esse projeto. Gostaria que o senhor falasse desse assunto na Assembleia, porque esse é um projeto muito bom. Porque os demais Polícias do Brasil não têm limite de idade. Um forte abraço. Que Deus o abençoe!*

Obrigado, Joilson Saraiva. É um absurdo querer limitar a idade para ingressar no serviço público.

Estamos recebendo a visita do Elton, que foi candidato a Prefeito de Matinhos. Se ele quiser, pode se dirigir ao plenário e sentar-se na tribuna de honra.

José Pedro, ecologista, de Curitiba: *Obrigado, Deputado, pela lembrança. Poucas pessoas no mundo,*

hoje, se lembram do Criador. Isso faz a diferença nesse mundo imediatista e ganancioso que vivemos.

E-mail da Taís Silva: *Obrigada, Belinati, pela atenção e paciência que tem comigo, porque estou sempre enchendo. Não está enchendo. Só sou Deputado porque o povo votou em mim. Devo tudo ao povo. Sem ele, eu não seria ninguém. Tenho que trabalhar com alegria para servir ao povo. Volto a repetir que nenhum Deputado seria absolutamente nada, não estaria aqui se não fosse com o abençoado voto do povo.*

João Batista Jaquinta: *Belinati, estive pensando sobre um assunto, no qual os petistas estão se esquecendo e o povo sendo enganado. O senhor se lembra quando o índio Evo Morales, que é o Presidente da Bolívia, tirou o nosso maior patrimônio, que é a PETROBRAS, como é que ficou o gás? O senhor se lembra que o Lula, o PT e seus aliados, disseram que o povo não iria ver aumento nenhum no preço do gás. Lamentavelmente, isso não está acontecendo. Enganaram o povo. Alô, Presidente Lula, o senhor falou que não iria subir o preço do gás. Por que é que subiu então? Para fazer política com o chapéu alheio, dando o dinheiro que é do imposto do povo para a Bolívia. Um bilhão de dólares para o Paraná fazer metrô? Dar dinheiro para o Paraguai e para a Bolívia? e o povo pagando. Agora, o gás de cozinha está mais caro. Tem gente que mal tem dinheiro para colocar comida na panela, sobe o preço do gás, daí é que a coisa vai se complicar mesmo.*

Do Jean Domingues: *Deputado Belinati, agradecer pela sua atenção. Agradeço pela sua eficiência e coragem. Peça que intervenha ao levantar mais uma bandeira, levantada por uma Deputada, colega. A questão refere-se sobre a forma de eleger os Conselheiros Tutelares. Ele tem razão. Tem Município aqui no Paraná que tem o dedo do Prefeito, do Poder Público, em uma ingerência na eleição dos membros dos Conselhos Tutelares. Vou entrar com um projeto de lei aqui, dentro da ideia do Jean Domingues, para que os Conselheiros em todo o Paraná sejam eleitos através do voto livre e democrático, sem nenhuma ingerência de Prefeitura, ou de autoridade, ou muito menos de político.*

E-mail do Joel Pedro Túlio, sobre o tabagismo.

E-mail do Jair José Maria Júnior: *Deputado Belinati, precisamos da sua ajuda na Casa de Leis. Estamos com 32 pessoas contaminadas, com chumbo no sangue, em Cornélio Procópio.*

E ainda o Governo Requião está fazendo, Deputado Dobrandino, mais uma usina, que é a Usina de Mauá, e o povo da minha terra, Londrina e região, vai beber água contaminada. Vai ter gente que vai morrer, vai ter gente que vai ficar doente, contaminada. Tem fábrica de bateria, que o chumbo mata, deforma as pessoas. Está aqui o e-mail do Jair José Maria Júnior, falando que em Cornélio Procópio tem 32 pessoas contaminadas pelo chumbo, que é aquele chumbo usado para fabricar bateria de automóvel.

Professor José, Foz, falando sobre os professores que fizeram um concurso para um segundo padrão como

professor e, de repente, estão tomando na cabeça, estão sendo prejudicados, ao invés de serem beneficiados.

E quarta-feira deve ter uma Audiência Pública aqui dos policiais militares, que vamos dar todo apoio, é a luta pela PEC que está tramitando em Brasília para que os policiais do Paraná tenham seu salário pago por subsídio e equiparado com os salários dos policiais de Brasília, que é um salário muito maior do que o salário pago a um policial do Paraná. Policial que enfrenta bandido, que morre, muitas vezes, nessa luta para dar a segurança que o povo precisa, mas o policial do Paraná continua sendo muito mal pago.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

Sr. Presidente Nelson Justus, o Gildo Alves, de Cornélio Procópio, braço direito do Deputado Romanelli, está sugerindo, seria importante que a Assembleia tivesse uma assessoria de imprensa para enviar matérias para as estações de rádio do interior.

O David, que é nosso Diretor aqui, está anunciando que logo, logo, as Sessões da Assembleia, que hoje já são transmitidas pela TV MERCOSUL e TV SINAL, meu caro Azzolini, a partir do mês que vem as nossas Sessões serão transmitidas na internet também. Vai ter gente fiscalizando nosso trabalho aqui no Paraná, no Brasil e em outras partes do mundo.

Parabéns, Deputado Nelson Justus, por mais esse grande avanço que V. Exa. vai proporcionar aos paranaenses, o instrumento para fiscalizar os Deputados.

A Noeli Schwaab: *Chega de prejudicar a saúde das pessoas. Em saúde muito poucos pensam. A menos evitemos as drogas que prejudicam a saúde.*

Ela estava defendendo o voto para proibir o uso do cigarro, que já foi aprovado.

O Jenan Cleverson Toledo Domingues: *Deputado Belinati, por que não ouvimos nenhum Deputado falar sobre o fim do 13º salário? Será porque isso é mentira, ou alguém lá de cima, em Brasília, está fazendo as coisas escondidas do povo? Lembrando que o 13º salário movimenta o comércio no fim do ano e muitos assalariados, como eu, contam com esse dinheiro no final do ano para sair do sufoco e passar um Natal e Ano Novo digno. É o Jenan, de Foz do Iguaçu.*

Jean, andaram alguns maus políticos em Brasília, mais uma vez querendo ferrar o povo. Andou saindo na internet nacional que teve gente lá com cocô na cabeça, falando em acabar com o 13º salário do povo brasileiro.

Isto seria o fim da carreira, porque o Deputado que tiver coragem de assinar um projeto desses, acho que nunca mais vai ter voto de ninguém, vai voltar para casa aposentado, pela pior aposentadoria que tem, que é ser derrotado nas urnas pelo povo, e o povo é sábio.

Temos o e-mail do Edgar Marcondes de Campos. Ele manda aqui: *Deputado Belinati, com muita honra venho escrever. Sou natural de Londrina, moro aqui em*

Curitiba, mas frequentemente vou à minha terra natal - ele fala aqui sobre o excesso de ferro de empresas que trabalham vendendo ferro velhos nas imediações da rodoviária de Londrina. Ele acha que deveria ter um único local, eu creio em que cada Cidade grande ou de porte médio, ter uma área só de ferro velho, que seria mais fácil para o comprador, para o vendedor e até para uma eventual fiscalização das nossas autoridades policiais.

Registro um elogio a um cidadão da minha terra, Londrina, Daniel Pedroso, jornalista, simples, entregador de jornal, não deve ganhar nem um salário-mínimo, no máximo um salário-mínimo por mês. Agora há pouco a Globo passou para todo o Brasil a história desse jornalista, estava chovendo em Londrina e um motorista, um pai dirigindo um carro, embriagado, com duas crianças dentro do seu carro, perdeu o controle do volante e caiu dentro de um córrego, e como tinha chovido muito o córrego tinha muita água. E o que aconteceu? Esse jornalista, heroicamente, jogou-se no córrego, aquela correnteza forte porque chovia muito, subiu em cima do carro que já estava quase todo coberto pelas águas, o pai e as duas crianças estavam desmaiadas dentro do automóvel, mais dois ou três minutos e eles estariam mortos dentro do carro. E esse jornalista, o Daniel Pedroso, pegou uma chave de roda de algum carro, e arriscando a própria vida, ele quebrou os vidros do carro, agarrou pela mão a primeira criança, salvou a vida da primeira criança, salvou a vida da segunda criança e em seguida conseguiu salvar o irresponsável pai, que estava dirigindo embriagado. Pela Graça de Deus apareceu esse rapaz que teve competência, sabedoria e coragem.

Não é todo mundo. Muita gente vê que a pessoa está morrendo mas não quer arriscar a sua própria vida. Ele foi lá, correndo o risco de morrer, conseguiu, quando o carro faltava muito pouco para ser coberto pelas águas, conseguiu salvar essas três vidas. Nossa homenagem a esse herói, o Daniel Pedroso.

E para terminar, Presidente, estamos recebendo na Assembleia Legislativa o Elton, que é um grande líder popular em Matinhos, disputou a Prefeitura de Matinhos, ele deu uma ideia que achei que esta Casa tem que acolher, porque aqui é a Casa do povo, é a Casa que faz leis, que aprova ou não aprova leis. Às vezes o Governador veta o projeto e a Casa tem o poder de derrubar o veto do Governador. E o Elton, esse grande líder de Matinhos, qual é a minuta do projeto que ele tem?

Achei humanitário, para fazermos um projeto obrigando os condomínios - no Litoral uma grande parte das moradias ali é de condomínio - mas qual é a luta do Elton, que eu achei louvável e digna de ser acolhida? O Deputado Nelson Justus, conheço muito bem, porque ele é um homem humanitário de grande visão, e até teve grande brilho no encontro de 5 mil pessoas, do PSDB, no Madalosso, vi que estava todo mundo lustrando o sapato dele, querendo o apoio dele para Governador. Mas o que está acontecendo em muitos condomínios? As pessoas

constroem mansão, prédios luxuosos, apartamentos o quarto da empregada, quase não cabe a empregada dentro do quarto. tem condomínio que tem moradia para zelador para ele atender 24 horas se necessário, ou seja, a qualquer hora do dia ou da noite, e o que acontece? É que essas casas para os zeladores, o coitado quase tem que dormir com as pernas para o lado de fora da casa. É uma vergonha, uma falta de respeito com quem trabalha, é uma falta de humanidade.

Deputado Artagão, V. Exa. que frequenta a igreja, que lê a Bíblia, que é um homem temente a Deus, temos que despertar as pessoas que têm dinheiro, em especial as construtoras, que quando fizerem um condomínio, que façam uma casa decente para o zelador. O zelador tem esposa tem filhos, mas cada quatinho pequeno, às vezes é uma casa tão baixinha que o zelador tem que entrar quase se abaixando, não cabe nem uma cama direito dentro da casa.

Então, a ideia do Elton está correta. Que essas casas sejam casas de verdade. Parece até uma senzala, o tempo da escravidão. É uma falta de respeito. Às vezes num condomínio tão luxuoso, com tanta área construída, mas de repente quando chega no tocante a casinha onde vai morar o zelador com a sua família, meu Deus do Céu, ali é chocante! É falta de respeito!

Já que só pedir não resolve vou entrar com um projeto de lei, sim, por sugestão do Elton. Tomará que ele seja aprovado, tornando obrigatório em todo o território do Paraná, que no condomínio a casa do zelador tenha no mínimo 40m². Se quiser fazer uma casa de 80, 100, 120, 150 metros ainda, mas no mínimo 40 metros. Porque tem casa de zelador que não passa de 20 metros. Isso é desumanidade, é desrespeito a quem trabalha!

O Elton, que é o grande líder de Matinhos, está correto nessa sua grande luta, que creio que deverá ser vitoriosa.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Deputado Mario Roque com a palavra.

Deputado Mario Roque (PMDB)

O SR. MARIO ROQUE

(Lê):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa presente aqui na Casa, telespectadores da TV SINAL, senhoras e senhores.

Hoje uso a tribuna aqui da nossa Assembleia Legislativa, muito contente e feliz, porque no dia 3 de agosto usei essa mesma tribuna e cobrei do Governador do Estado uma postura mais justa com a Cidade de Paranguá. Mais precisamente na oportunidade fiz um discurso sobre o aniversário da Cidade-Mãe do Paraná comemorado no dia 29 de julho, lembro que afirmei que o melhor presente para a nossa Cidade seria o pagamento do ISSQN devido pela Administração dos Portos de Parana-

guá e Antonina - APPA, ao Município, hoje em torno de R\$ 20 milhões.

E através da imprensa da Cidade fui informado que nessa última sexta-feira, dia 18, o Superintendente dos Portos, Sr. Daniel Lúcio, esteve reunido no gabinete do Prefeito da Cidade, tratando de vários assuntos da Cidade, e foi nessa reunião a pedido do Governador, e fico feliz por estarem atendendo nossa solicitação feita aqui na Assembleia sobre o pagamento do ISS do porto.

Isso mostra a importância da voz firme do Deputado. Cobramos aqui e iremos cobrar tudo que Paranaguá e o Litoral merece e precisa.

Agradeço e vejo que minha participação foi importante, independente de minha oposição política com o atual Prefeito, porém acima de minhas posições políticas está o bem-estar do povo de Paranaguá, que hoje sofre com as condições que lhe são oferecidas: bairros abandonados, postos de saúde sem médicos, ruas esburacadas, desemprego, funcionalismo totalmente desmotivado, saneamento básico precário, enfim, são situações que precisam urgentemente serem sanadas.

Foi pensando nisso que solicitei o pagamento do ISS do porto para o Município, para tentar ajudar a pôr as finanças da Prefeitura em ordem, e para que as obras prometidas na campanha eleitoral e as melhorias básicas que a população precisa possam ser feitas o mais rápido possível.

Só ficarei totalmente satisfeito quando o pagamento do ISS for efetivado. A Prefeitura ficou responsável de mandar ao Governador um protocolo de intenções, isso ainda é muito pouco senão vejamos, o porto tem dinheiro em caixa, a Prefeitura está quebrada, então por que o Governador não paga logo, para que a população possa voltar a ter orgulho de morar em Paranaguá?

Vou continuar a cobrar aqui, gostem ou não, essa será minha luta, e aproveitando o momento da integração do porto com a Cidade, quero reforçar que as autoridades portuárias, municipais, estaduais e federais se esforcem para que aumente o volume da carga geral pelo nosso terminal portuário, e nesse sentido me coloco a disposição também, como fiz na questão do ISSQN.”

Outro assunto foi justamente a eleição para o diretório e a comissão executiva, em Paranaguá. Eu, que já presidi a comissão provisória, fui eleito Presidente do PMDB, desta feita, por aclamação. Tivemos a presença do futuro Governador do Estado, Orlando Pessuti, amigo de Paranaguá, que falou sobre o que pretende fazer caso seja eleito Governador. E diante de centenas de pessoas ele ouviu que realmente Paranaguá precisa de um Governador do quilate do Pessuti.

Então, parabéns ao Pessuti por ter estado em nosso Município e temos certeza que o Litoral vai votar, em peso no Pessuti. Eu levantarei a bandeira do PMDB e irei a todos os Municípios conversar com meus amigos, meus eleitores, para que o Pessuti venha a ser, realmente, o Governador do Estado.

E aproveitar o momento, também, para dizer ao Governador que está na época de começar aquilo que foi

prometido há tempos atrás, a construção da cadeia pública. Já está em voga a população não votar, dar um voto ao Governador, caso ele seja candidato a outro cargo, se não tirar a cadeia do centro de Paranaguá; ninguém vai votar no Sr. Roberto Requião, porque já fez cinco ou seis anos. Nesta gestão, promete, promete, promete e não tira a cadeia. É uma vergonha, é a vergonha de Paranaguá!

Como nós temos vergonha, vamos nos unir e cobrar mais de perto do Sr. Governador esta questão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedemos a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Professor Lemos.

Deputado Professor Lemos (PT)

O SR. PROFESSOR LEMOS

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, visitantes que nos acompanham, imprensa e telespectadores que acompanham pela TV SINAL.

Venho registrar aqui duas atividades importantes de que participei na sexta-feira, em Cascavel, sendo uma delas o lançamento da campanha Duplicação pela Vida onde foi inaugurado um outdoor na Cidade de Cascavel, um dos 19 que serão colocados ao longo do trecho que vai de Cascavel a Foz do Iguaçu, pela duplicação da 277. Essa rodovia já foi duplicada de Foz até o Município de Medianeira e precisa completar os 70 quilômetros para chegar a Cascavel.

Essa campanha é organizada pela CACIOPAR, pela FACIAP, pela FIEP, pela CIC e por entidades organizadas lá no Oeste do Paraná, várias entidades não só de Cascavel, mas de todos os Municípios que compõem o Oeste do Paraná. Essa campanha visa sensibilizar as nossas autoridades que têm poder para negociar com a concessionária de pedágio a duplicação dessa rodovia. Essa duplicação já é uma reivindicação de mais de 20 anos do Oeste do Paraná, porque nessa rodovia assistimos muitos acidentes, muitas vítimas fatais inclusive e outras que ficam com sequelas para o resto da vida. Precisamos duplicar essa rodovia, porque ela é importante para Oeste, para o Paraná, para o Brasil e para os Países aqui do MERCOSUL que passam por essa rodovia e entre Cascavel e Foz do Iguaçu aumenta o fluxo de veículos. Outras rodovias com menor tráfego do que a 277 nesse trecho já foram duplicadas, no Paraná e no Brasil, e precisamos dessa duplicação.

Por isso, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, assumimos um compromisso, no ato de inauguração do outdoor em Cascavel, de constituirmos uma Frente Parlamentar desta Casa para fazer a defesa dessa duplicação. Já conversei com os Deputados Dobrandino, Nereu Moura, Chico Noroeste e outros Deputados da nossa região e convidamos também os outros que queiram nos apoiar nessa empreitada para que possamos sensibilizar,

também a partir da Assembleia Legislativa, as nossas autoridades que têm condição e têm poder para viabilizar essa duplicação, que é fundamental para proteger vidas que são ceifadas em decorrência do grande tráfego que passa por aquela rodovia.

Então, vamos apresentar o requerimento, vamos deixar aqui o convite para cada Deputado e Deputada subscrever, sendo então, além de signatário dessa Frente, participante efetivo e titular na defesa da duplicação da 277, que liga Cascavel a Foz do Iguaçu.

Também em Cascavel participamos da assinatura de um convênio, de um contrato com a Caixa Econômica Federal, para a construção que começará imediatamente, de 330 unidades de casas populares, mas que chegará a 1 mil e 60 unidades. Esse é um programa importante do Governo Federal, que a Caixa está executando em convênio com a Prefeitura de Cascavel. São 1 mil e 60 famílias que estão se candidatando para a aquisição dessas unidades. Na verdade, o déficit é bem maior. Mais de 18 mil famílias já se inscreveram. Então, vamos avançar, são quase 19 mil famílias inscritas. Evidentemente que 1 mil e 60 casas não dão conta de atender toda a demanda, mas a luta é para que possamos ter a ampliação desse convênio para atingir o maior número de famílias que precisam de casa em Cascavel, no Oeste, no Paraná, no Brasil.

Esse é um programa importante que o Governo Lula lançou, com o desejo de construir 1 milhão de residências populares no Brasil. É bom lembrarmos que os demais programas da Caixa Econômica continuam valendo, o Minha Casa, Minha Vida é mais um programa que foi lançado e que procura atender as famílias de baixa renda.

Também tivemos, no sábado, a Assembleia Estadual da APP, com a participação dos professores, dos funcionários de escolas da rede estadual, e nesta assembleia foi decidido que o dia 15 de outubro, Dia do Professor, este ano será comemorado com luta. Não teremos festa nesse dia, e sim uma caminhada, um ato público que vai chegar ao Palácio das Araucárias, no período da manhã do dia 15 de outubro, levando ao Governo as reivindicações da nossa categoria. Uma reivindicação muito urgente é a equiparação do professor com os demais trabalhadores do Poder Executivo. E a assembleia evidentemente reafirmou a reivindicação de 25,97%, que é o que precisa para equiparar.

Também a cobrança do piso profissional para o Magistério no Brasil. Esse piso que sofreu um golpe em dezembro, quando uma ADIN foi protocolada no Supremo Tribunal Federal, e ela teve uma liminar com a decisão provisória no mês de dezembro impedindo, por exemplo, a implantação da hora-atividade de 33%, que hoje é de 20%, e também atrapalhando o piso, porque o piso não pode ser acompanhado para contabilizar o tamanho do piso às gratificações, ou por exemplo, como se paga no Paraná, o auxílio-transporte, o vale-transporte. Isso não pode ser contabilizado como piso para uma categoria. E esta liminar foi conquistada por cinco

Governadores de Estado, começando pela Governadora do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e do Ceará.

Passa a usar o horário da Liderança do PT

Então, esses Governadores tiveram uma vitória, que é negativa para a Educação. Pode ser uma vitória, que é negativa para a Educação. Pode ser uma vitória momentânea para esses Governadores, mas traz um prejuízo enorme para a Educação brasileira, não apenas para a Educação desses Estados. Porque na medida em que você impede uma categoria, como os professores do Brasil, a ter um piso profissional mínimo, como outras categorias já conquistaram no Brasil, você está impedindo a valorização do Magistério, a valorização desses professores no Brasil.

Por isso, nesse dia 15 também este ato vai reivindicar que o Governador do Estado do Paraná retire esse apoio que deu a essa ADIN. Mas do que retirar esse apoio, que ele encaminhe para esta Casa mensagem de lei corrigindo os salários dos nossos professores e dos nossos funcionários das escolas, atendendo, no mínimo, o piso nacional, que hoje não é praticado na nossa escola.

Tivemos aqui nesta Casa um projeto de lei, do próprio Executivo, que tratou do piso, e o próprio Executivo retirou esse projeto. Precisamos dessa correção. Também está sendo atrasado a pagamento das promoções, tanto para professores quanto para funcionários de escolas. Promoção que já deveria ter sido implementada em janeiro deste ano. Sabemos que tem recursos suficientes no orçamento da Educação para que esse pagamento possa ser feito. Estamos solicitando ao Governador Roberto Requião que determine ao Secretário da Fazenda que faça os pagamentos, porque os processos para promoções já foram elaborados e entregues à Secretaria da Fazenda. E a Secretaria da Fazenda não liberou os recursos. Precisa liberar com urgência.

Também estamos preocupados com o pagamento de dívidas trabalhistas dos servidores públicos, os precatórios. Não se paga precatórios há muitos anos para os servidores públicos do Estado do Paraná. Os servidores já aposentados, com idade avançada, e que há muito tempo lutam para receber os precatórios. É uma dívida que o Estado tem com o servidor, perdeu na Justiça porque não pagou direitos que deveriam ter sido pagos. O servidor teve que ingressar na Justiça, ganhou a ação, transitou em julgado, baixou para execução, foi para precatório e o precatório não é liberado. Nesse sentido, faremos uma Audiência Pública, aproveito para convidá-los, no dia 28 de setembro no auditório da APP-Sindicato, para tratarmos dos precatórios aqui do Estado do Paraná. Iremos cobrar do Governador também que libere esses pagamentos, que já patenteados pela Justiça.

Também nesse dia 15 estamos propondo, junto com a Comissão de Saúde desta Casa, uma Audiência

Pública para tratar da saúde dos servidores públicos do Estado do Paraná. Porque estamos acompanhando o SAS, que não atende os servidores públicos, os servidores estão reclamando há muito tempo. Os hospitais credenciados recebem uma quantia “x”, por exemplo, o Hospital São Vicente recebe aproximadamente, R\$ 1 milhão e 800 mil por mês, para atender os servidores desta jurisdição, que é Curitiba e Região Metropolitana. Caso o hospital, em um mês, não atenda nenhum servidor público, receberá o pagamento do mesmo jeito, com o mesmo valor. Quanto menos atendimento oferecerem, maior é o lucro que fica para os hospitais credenciados.

Os servidores estão com dificuldade de serem atendidos, não conseguem marcar consulta, não conseguem marcar uma cirurgia, não conseguem marcar um exame, e quando conseguem marcar é para um tempo muito superior do que podem esperar, e acabam, muitas vezes, socorrendo-se de consultas particulares. Isto não pode continuar acontecendo no Estado do Paraná. Este modelo foi implantado ainda no Governo anterior, há mais de 10 anos. Ele não interessa para os servidores.

O Governador Roberto Requião assumiu o compromisso de campanha de mudar este modelo e estamos cobrando a mudança, porque está se aproximando o término do seu terceiro mandato e precisamos de uma solução para este problema que aflige milhares de servidores do Estado do Paraná. Precisamos de solução e este modelo não é a solução para a saúde do servidor público do Estado do Paraná.

Por isso, convidamos para a Audiência Pública, e convidamos também para participar deste debate no dia 15, Dia do Professor.

Hoje pela manhã, tivemos um debate muito importante aqui na Assembleia, que tratou do pré-sal. O pré-sal é uma descoberta importante feita pela PETROBRAS, patrocinada pelo nosso Governo, Governo do Presidente Lula, que investiu quase cinco vezes a mais em pesquisa. Encontramos esta riqueza que, com certeza, vai mudar o futuro do povo brasileiro. A Audiência foi muito importante e recebemos aqui Senadores, Deputados Federais, Ministros, o Ministro Paulo Bernardo, várias entidades, sindicatos, associações, movimentos populares. A Audiência demonstrou a importância que tem para o povo brasileiro o pré-sal.

Estamos acompanhando, lá em Brasília o debate do marco regulatório e queremos, evidentemente, que a fala e a defesa do Presidente Lula seja apoiada e aprovada no Congresso Nacional. Quais são? Que o lucro obtido com o pré-sal seja aplicado em Educação, em Cultura, no Meio Ambiente, para o combate à miséria e à pobreza em nosso País, e em Ciência e Tecnologia, para que possamos avançar.

Queremos, evidentemente, que seja aplicada uma fatia maior na Educação, porque sabemos que com Educação não vamos resolver tudo, mas sem Educação, tampouco conseguiremos avançar. Esta não é uma frase minha, mas do Paulo Freire, que nos ensinava muito

bem. Por isso, advogamos a tese de que a Educação precisa receber boa parte desses recursos para pagar a dívida que o Brasil tem com o nosso povo.

Queremos uma mudança importante no critério de distribuir o ICMS, porque a energia elétrica que produzimos no Paraná, em grande quantidade, é tributada onde? No destino, não no Estado de origem. E o petróleo é tributado onde? Na origem e não no seu destino. Por isso, aqueles que advogaram essa tese em 1988 e escreveram na Constituição, são os mesmos que estão advogando agora e querendo que alguns Estados do Brasil fiquem com essa riqueza continuando explorando, por exemplo, a nossa energia elétrica.

Por isso, precisamos criar uma Frente Parlamentar aqui no Estado do Paraná, congregando Parlamentares Estaduais, Federais e também Municipais, para que possamos fazer a defesa do nosso Estado e a defesa dos demais Estados, porque essa riqueza não é para um, dois ou três Estados, é para o povo brasileiro. Por isso, precisamos acompanhar de perto essa construção do marco regulatório do petróleo no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Faço uso da tribuna no dia de hoje, na realidade, quero fazer um registro, porque no sábado eu estive, alguns Deputados também estiveram presentes, Prefeito da Lapa, a Coordenadora do INCRA do Paraná, Cláudia Sonda, estivemos no assentamento do MST, que naquele dia fazia mais uma das comemorações dos 25 anos do MST, comemorações essas que vão ser feitas este ano em diversos locais, foram feitas em Cascavel, inclusive, no domingo agora, e estão sendo feitas ali, no caso da Lapa, 10 anos de assentamento, 25 anos do MST e quatro anos da Escola de Agroecologia. Uma escola que já formou três turmas e agora vai formar a sua quarta turma em uma agricultura completamente diferente daquilo que estamos acostumados não só a consumir, mas muitas vezes acostumados a pensar na forma de produzir.

Acho que é importante lembrar - faremos isso em um determinado momento em que haja tempo suficiente - mas é importante lembrar que essa luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra faz é uma luta que envolve o Brasil inteiro. No caso da Lapa, para o senhor ter uma ideia, há quatro anos se vendia R\$ 18 mil e até 2010 já estão previstos mais de R\$ 450 mil em compra direta de material orgânico, produzido por homens e mulheres em pequenas propriedades daquilo que era um latifúndio há 12 anos, há 11 anos, e que hoje tem praticamente todos os palmos de terra produzindo sem terem derrubado nenhuma árvore nativa, nenhuma. O que se derrubou lá foi pinus e eucalipto. Todas as árvores nativas estão preservadas e está se plantando mais.

Acho importante, porque o MST, na realidade, ali naquela escola, mostra a capacidade que tem o Movimento, junto com parcerias com o Governo do Estado do Paraná e com outros aliados, de se fazer presente no Brasil.

Vinte e cinco anos do MST que, entre 20 e 22 de janeiro de 1984, fizeram na verdade a primeira reunião em Cascavel, com 80 pessoas apenas. Imaginem os senhores, 80 pessoas, em 1984, fazendo uma reunião para discutir o problema dos que estavam perdendo terras na região de Itaipu, que deu origem ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Na sequência, esse Movimento organizou-se. Hoje está organizado em 24 Estados da nossa Federação, tem 130 mil famílias acampadas e 370 mil famílias assentadas. É bom dizer que essas 370 mil famílias que estão assentadas todas elas produzem, sem exceção. No Paraná, são mais de 30 mil pessoas, hoje, assentadas. Pessoas que estão produzindo arroz, feijão, milho, hortaliças, mas o mais importante, produzindo uma nova forma de pensar o campo, uma cultura diferenciada e dando dignidade àqueles que talvez não estando ali, estivessem em áreas, hoje, nas periferias das Cidades, provavelmente com a sua vida completamente desconstruída.

Faço esse registro. Oportunamente, quero vir a esta tribuna para fazermos não só um registro pontual, mas mais detalhado do que significa esses 25 anos do MST para o Brasil, para o mundo. Ele é uma referência, hoje, de movimento social para o mundo todo. Sem dúvida nenhuma, muito nos orgulha poder participar de um ato como esse, no sábado. Depois, no domingo foi feito em um assentamento e lá estava o Presidente do PMDB Estadual, Deputado Waldyr Pugliesi, participando, falando e reconhecendo que é só a organização do povo que traz resultados positivos, como esses que aqui relatamos. Nesse próximo domingo teremos mais festividades.

Esse é o ano de lembrarmos que com muita luta, esforço, sacrifício, com muitas pessoas perdendo a vida, o MST chega aos seus 25 anos, que devem ser lembrados e comemorados, até que não tenhamos mais nenhum acampado e apenas assentados produzindo.

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Artagão Mattos Leão.

Não estando presente, concedo a palavra ao Deputado Stephanes Júnior, que falará em seu lugar. Posteriormente, à Deputada Rosane Ferreira.

Deputado Stephanes Júnior (PMDB)

O SR. STEPHANES JÚNIOR

Sr. Presidente, Deputado Nelson Justus, membros da Mesa, Deputadas, Deputados, senhoras e senhores.

Antes de entrar no assunto que me traz à tribuna, queria me reportar especificamente ao MST. Escutei atentamente as palavras do Deputado Tadeu Veneri, mas não sei quantos MSTs existem. Porque esse que ele falou aqui eu nunca vi. Um MST que parece ordeiro, que busca justiça social, que faz o bem. O MST que vejo e que

existe, infelizmente, há 25 anos, é aquele que não ajuda em nada a reforma agrária e nem traz benefício às pessoas que precisam. É o MST que invade, que destrói e que gera violência e morte no campo. É esse MST que vejo e que existe no Brasil. Nem formalmente ele existe, porque se existisse, poderíamos processar os seus líderes e colocá-los na cadeia. Porque são bandidos, que usam pessoas humildes, que precisam de ajuda, desde emprego, renda, moradia, e na questão da saúde. Temos que resolver a situação delas, mas o caminho não é esse.

Quando eles invadem uma propriedade, que é muito comum, infelizmente, no Paraná, onde aqui se gera muita riqueza na agricultura - a grande maioria é de pequenos proprietários - e a Justiça decreta a saída das pessoas, eles destroem o maquinário que existe na propriedade. Se há madeira, eles cortam e vendem, destroem a natureza. Se há animais, eles matam ou os vendem. Quando eles saem da propriedade, fica uma destruição no local. Fora quando eles são utilizados como massa de manobra política e partidos políticos os utilizam para invasões, manifestações, para quebrar órgãos públicos. Isso não faz sentido!

O mundo evoluiu demais. Eles querem uma reforma agrária que talvez há 109 anos pudesse ser feita dessa forma. Hoje, o mundo mudou e não é mais assim que você faz uma reforma agrária. Reforma agrária hoje tem que ser feita se dando apoio ao pequeno agricultor, para que seus filhos continuem no campo, porque eles têm vocação, conhecimento, têm até um pouco de capital, e se você os ajudar no sentido de que eles comprem a sua propriedade, eles vão continuar no campo e vão ser pequenos agricultores produzindo alimentos de alta qualidade, que é o que o Paraná tem hoje.

É este o caminho que vejo para a agricultura, para o pequeno agricultor, é não dar terra a quem não tem terra, tenho direito. Não é assim e nem com violência.

Vejo também no Governo Federal a questão do aumento do índice de produtividade, para você poder desapropriar as propriedades que não tiverem esse percentual. A agricultura seria o único, o único dos baluartes da economia do Brasil, que a indústria não tem esse índice para desapropriação, comércio não tem, serviço não tem, mas a agricultura teria.

E olha que a agricultura está sujeita a problemas climáticos, a problemas comerciais, o índice é muito simplista - você não produzir tanto é passível de ser desapropriado - o que vai acontecer? O MST vai passar a invadir essas propriedades. As propriedades que vamos ter a mercê de possibilidade de invasões, vão aumentar de tal forma que não vamos mais segurar a violência no campo.

Por isso que esse índice não faz sentido. Além de tudo a agricultura vai muito bem, é o nosso grande carro chefe da economia no Brasil em termos de geração de emprego, em termos de conseguir alimento de alta qualidade, balança comercial com as exportações que são de uma maneira fantástica conseguidas através do suor do agricultor, seremos penalizados com esse índice de produtividade que vai gerar muito mais violência.

Espero que o Governo tenha bom senso e que isso não ocorra. E como eu digo, temos que gerar emprego e renda para essas pessoas humildes que o Brasil tem e não deixar que lideranças, que são bandidos do MST, prosperem. É uma infelicidade que há 25 anos esse movimento exista.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Deputada Rosane Ferreira com a palavra, no Pequeno Expediente.

Deputada Rosane Ferreira (PV)

A SRA. ROSANE FERREIRA

Sr. Presidente, Nelson Justus, primeiramente quero justificar a ausência do Deputado Cheida nesta Sessão, porque enquanto Presidente da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, bem como a minha pessoa, ele foi convidado para estar agora em Londrina, onde estão fazendo o plantio de muda de árvore nativa número 100 milhões, de Programa Estadual de mata ciliar do Paraná.

Na verdade a muda será plantada no jardim dos 100 milhões, composto por 100 mudas de árvores nativas de todas as regiões do Paraná, que formará a primeira coleção de plantas do Jardim Botânico de Londrina.

Então, o Deputado Cheida não está aqui representando toda a nossa Comissão de Ecologia e Meio Ambiente nesse evento que é de suma importância hoje que comemoramos o dia da árvore.

Dia da Árvore - quando lembramos da nossa infância, do nosso passado, do nosso primário, tem coisas que não esquecemos - Dia da Árvore, Dia do Índio, as coisas que nós desde pequenos, muito pequenos comemorávamos e discutíamos a importância. Importância esta que muitas vezes aparece nos discursos, nas falas, mas se fala pouco, se faz pouco.

O Brasil é um Continente dentro de si mesmo e sua bandeira representa e sempre representou essa dimensão no que concerne a proporção de suas matas. Nossa bandeira tem o verde como representação disto, Pastor Edson, as nossas matas. Mas a nossa bandeira também tem frase Ordem e Progresso, marcando o positivismo o nosso lema. Esse progresso muitas vezes tem um custo altíssimo. Por conta dessa Ordem e Progresso, devastamos e acabamos com uma parte grande da nossa mata nativa. Claro que temos ainda muito, graças a Deus, por isso que o nosso País é respeitado lá fora. Somos uma reserva natural do planeta.

Muitas coisas foram acontecer em nome dessa ordem e, sobretudo, desse progresso. A substituição da nossa mata nativa por árvores exóticas, aconteceu porque essas árvores trazidas de fora cresciam muito mais rapidamente e davam lucro com muito mais rapidez, está aí o nosso pinus substituindo o pinheiro araucária, os eucaliptos substituindo as nossas plantas nativas como a canela, a imbuia, o cedro, a peroba, a espinheira santa e o próprio pinheiro do Paraná.

Essa substituição foi feita sem que houvesse um estudo prévio, quais seriam os impactos que essa substituição acarretaria. Hoje vemos os eucaliptos tomando conta do Estado do Paraná, mas não vemos como eles casem (sic) em toda a cadeia alimentar, e toda cadeia alimentar de fauna e flora, tão necessárias para a sustentabilidade para o nosso planeta. Tínhamos que ter discutido isso antes de acabar com todos os nossos cedros, perobas, canelas, tínhamos que ter feito um estudo de sustentabilidade, porque era possível sim, usar essa madeira e replantar, reflorestar com essas madeiras mesmo.

Hoje, temos muitas discussões com relação ao pinheiro do Paraná, porque ele demora 30, 40 50 anos para ser produtivo. Em compensação se tivéssemos feito desde do início o remanejamento a replantação do nosso pinheiro, com absoluta certeza, hoje nós seríamos referência porque é uma madeira excelente, nobríssima.

O Brasil, tem que lembrar o nome Brasil, só é Brasil por quê? Devido ao nosso Pau Brasil. Então a nossa ligação com árvore, com a floresta, com o meio ambiente, é umbilical, é muito maior do que nós podemos pensar.

Nesse dia devíamos levar em consideração isso. O que significam as árvores para a harmonia do planeta como um todo? Porque é muito mais sombra, que fruta, que madeira, que oxigênio é o equilíbrio natural do planeta. A gente não pode esquecer disso, viva o Dia da Árvore!

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Elio Rusch no Horário das Lideranças, o Democratas.

Liderança do DEM: Deputado Elio Rusch

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na última sexta-feira, participamos de um movimento que surgiu no Oeste do Paraná liderado pela Confederação das Associações Comerciais do Oeste. Estavam presentes naquela ocasião os Deputados Professor Lemos, Ademir Bier e o Deputado Reni Pereira participou na Cidade de Medianeira.

O que a Confederação das Associações Comerciais do Oeste estão solicitando do Deputado Caíto Quintana? A BR-277 ligando Cascavel a Foz do Iguaçu, na verdade, ela é conhecida como a rodovia da morte, que são inúmeras as pessoas que perdem a sua vida nesse trecho.

É uma novela muito antiga desde da época do Governador Jaime Lerner, quando se criou o Anel de Integração no Estado do Paraná beneficiando, desta forma, mais de 2 mil quilômetros de rodovias. E o Anel de Integração foi implantado nas rodovias federais, ao mesmo se usou na época, quando se tinha um projeto que era a industrialização do Estado do Paraná.

O Presidente Deputado Nelson Justus, que na época era Secretário da Indústria e Comércio, procurou, na época, no Estado inteiro, no Centro, no Norte Pioneiro,

no Oeste, Sudoeste, no Norte, no Centro, no Sul, fazer com que essas regiões também se desenvolvessem economicamente através da industrialização. Porque o Paraná, na verdade, é um grande produto de matéria-prima. Mas nós temos que agregar valores. E como é que vamos agregar valores e gerar empregos? Através da industrialização. E você não consegue industrializar uma região se você não tem infraestrutura.

Prefeito Edgar Bueno, estou relembrando agora daquilo que aconteceu no Oeste do Paraná. É uma vergonha, essa é a palavra correta, o desleixo que se tem com a nossa região, principalmente com a rodovia BR-277. Ela é conhecida como rodovia da morte. Mas não é a rodovia que temos que pensar, que ela causa mortes. Por essa rodovia são transportadas as riquezas. Não só da nossa região, mas é uma rodovia que interliga o MERCOSUL; é uma rodovia que beneficia o nosso País; é a entrada ou a saída para o MERCOSUL. E a Argentina, o Paraguai e outros Países usam essa rodovia.

Tem um programa, quando houve a privatização da operacionalidade dessas rodovias, e quando se implantou o pedágio no Estado do Paraná, havia um cronograma físico das obras. Qual seria esse cronograma físico? Até 31 de dezembro de 2002, a BR teria que estar duplicada entre Foz do Iguaçu até Medianeira, e de Cascavel até o trevo de Capitão Leônidas Marques. Isso efetivamente aconteceu.

Assumiu o novo Governo Roberto Requião e aí começaram as brigas com as empresas que operam o pedágio. Aí começou aqui na Assembleia Legislativa votando um projeto e uma lei encampando o pedágio. Nós alertamos, tudo bem, dá para encampar o pedágio desde que o Governo indenize as empresas o valor que eles investiram nas rodovias. Porque afinal de contas, vivemos num País democrático de direito, a lei tem que ser respeitada e os Governos não podem estar acima da lei. Aí, briga daqui, briga de lá. A concessionária sente-se hoje desobrigada de fazer essa duplicação, por causa do rompimento do contrato. O Governo diz que é de responsabilidade das empresas, as empresas dizem que não têm responsabilidade. E a questão está na Justiça, na 4ª Vara da Fazenda Federal, em Porto Alegre. Enquanto não se decide, o povo do Oeste, o Brasil e o Paraná sofrem.

Mais do que uma ideologia política, mais do que a questão política, o que vale muito mais do que isso é a vida humana. É o ser humano, são as vidas que se perdem quase que diariamente naquela rodovia. E só existe uma forma de resolver essa questão: o Governo sentar com as empresas para achar um termo, um ajustamento, fazer um termo de ajustamento para que se viabilize a duplicação dessa rodovia.

A CACIOPAR congrega todas as Associações Comerciais do Oeste do Paraná. Esse movimento que está se fazendo agora no Oeste, não é um movimento liderado por nenhum partido, nenhuma Prefeitura e por nenhuma agremiação, mas sim, é liderada por uma entidade que tem a representação do setor econômico do Oeste do Paraná.

Particpei, na sexta-feira pela manhã, em Toledo, quando se fez uma comemoração muito grande - tenho certeza que algum dos Deputados deve se manifestar sobre isso - quando Toledo atingiu a meta de R\$ 1 bilhão na produção primária bruta do seu Município, o primeiro Município no Estado do Paraná.

Após esta programação, particpei de um almoço em Cascavel, onde estava toda a diretoria da CACIOPAR, e depois participamos com o Deputado Professor Lemos, do descerramento da primeira placa, do primeiro outdoor que estão sendo instalados ao longo da BR-277, entre Foz do Iguaçu e Cascavel. No descerramento da primeira placa, o Prefeito de Cascavel, Edgar Bueno, esteve junto quando foi descerrada, aqui no trevo Cataratas, em Cascavel. Depois nos deslocamos para o Município de Santa Tereza, depois para Céu Azul, Matelândia, Medianeira.

Quinta-feira desta semana, na parte da manhã, estaremos no Município de São Miguel do Iguaçu e também no Município de Santa Terezinha de Itaipu, para descerrar a outra placa. E na sexta-feira pela manhã, na Cidade de Foz do Iguaçu, tenho certeza que os Deputados Dobrandino da Silva, Chico Noroeste, Reni Pereira já disse que participou em Medianeira, também no descerramento, estarão nesta manifestação.

O que pedimos no Oeste do Paraná e a CACIOPAR está pedindo, é que todas as entidades, os Lions, os Rotarys, as Igrejas, enfim, todas as entidades de cunho religioso ou entidades filantrópicas, que possam participar dessa manifestação de conscientizar os Governos. Quando falo Governos, falo Governo do Estado, Governo Federal, porque o trevo Cataratas está hoje praticamente insuportável. É impossível alguém passar por esse trevo. Quem vai pela rodovia BR-277, sentido Curitiba a Foz do Iguaçu, ou quem vem de Campo Mourão para Cascavel, ou da região de Toledo ou Marechal Cândido Rondon, tudo isso afunila no trevo Cataratas. E formam-se filas, as pessoas chegam a esperar até 15 minutos.

O que precisa ser feito lá? Um trevo com passagem de nível. E como é que vai se conseguir isso? De uma única forma: com recursos do Governo Federal. Mas, temos que nos mobilizar no Oeste do Paraná. E não é a classe política, nos falamos que quanto mais entidades estiverem envolvidas no Oeste do Paraná, mais respaldo todos os Deputados têm.

Deputado Dobrandino da Silva, permitir usar o nome de V. Exa., disse que todos os Deputados do Oeste do Paraná, Deputados Elton Welter, Dobrandino da Silva, Ademir Bier, Chico Noroeste, Reni Pereira, Nereu Moura, mais nossa pessoa, eu disse que todos os Deputados Estaduais estão convencidos e têm consciência da necessidade da duplicação dessa rodovia, como têm consciência da necessidade do melhoramento do trevo Cataratas, em Cascavel. Nós, Deputados Estaduais, sim. E os Deputados Federais também têm consciência. Todos eles. Podem pegar os Deputados Sperafico, Micheletto, Sciarra Kaefer, Giacobbo, Frangão, são os Deputados que o Oeste do Paraná tem. E quanto mais entidades estiverem envolvidas, mais respaldo os Deputados Estaduais e Federais têm para defender esta obra tão importante para a nossa região.

Os Srs. Deputados e o Paraná inteiro haverão de acompanhar pela imprensa as manifestações que estão surgindo, lideradas, como disse, pela CACIOPAR, também com o apoio da própria FACIAP.

Um grande abraço, Sr. Presidente. Era este o registro que queria fazer, na esperança que possamos resolver esta questão o mais breve possível.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário do Bloco PRB/PSB/PV, com a palavra o Deputado Pastor Edson Praczyk.

Liderança do Bloco PRB/PSB/PV: Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)

O SR. EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, senhoras, senhores e telespectadores.

Início minha fala primeiro citando o nome de algumas pessoas que desencadearam, através deste Parlamentar, a iniciativa, quinta-feira passada, de trazer à tona a possível irregularidade no processo de seleção dos candidatos a Conselheiro Tutelar. Estão presentes Dona Marta dos Santos Machado, Dona Lúcia de Fátima Gomes Carvalho, Maria Elenilda Pereira Pinto, Rita de Cássia Vicente, Izabel Souza da Silva, Adriane Telegisq, Nadir Pereira de Oliveira, Diva Ferreira de Moraes Galvão, o Sr. Luiz Augusto Mello Pereira e Miguel Ângelo Macedo Moreira. Todas essas pessoas e mais outras nos procuraram na semana passada apresentando a possibilidade, evidências, de que o processo que deveria, força da importância que é do Conselho Tutelar, ter irregularidades.

E semana passada, com alguns dos Parlamentares aqui presentes, expus a verdadeira *via crucis* que esses heróis, essas heroínas, esses guerreiros têm travado a partir de então, que decidiram colocar os seus nomes à apreciação da sociedade para ocuparem uma vaga como Conselheiros Tutelares.

Eis que dos apontamentos que fiz na ocasião, disse da gama enorme de documentos e certidões que eles foram obrigados a conseguir, a produzir para estarem aptos a essa disputa. Em contrapartida, as facilidades dos que já ocupam o cargo como Conselheiro Tutelar, Deputada Rosane Ferreira, que também brilhantemente, por ocasião da quinta-feira passada, externou esse assunto e ampliou a nossa preocupação e a nossa visão. Dei alguns exemplos do tipo da exigência para eles conseguirem uma certidão de duas autoridades públicas, testificando a idoneidade de cada um dos senhores e das senhoras. Em contrapartida, os que já ocupam a função de Conselheiros, isentos estavam e estão de produzir esse tipo de certidão, do aval dessas personalidades públicas, além de outras certidões mais. Tudo isso é sinônimo de gastos, de tempo e mais abismados ficamos quando recebemos informações, de que o processo é para lá de burocrático

para uns e para lá de fácil para outros, justamente para aqueles, em sua maioria, que concorrem à reeleição. É o que costumamos, repetidas vezes, afirmar nesta Casa de Leis: dois pesos e duas medidas.

Um dentre esses valorosos guerreiros, essas heroínas, questionou-me que para cargos públicos, a exemplo de Governo do Estado, Deputados, ou o próprio Presidente da República, não se exige tantas documentações, ou não se tem a metade dessa burocracia para disputar uma eleição.

Tenho certeza, Deputado Elton Welter, que o Presidente da República não teve toda essa exigência, esse fardo, porque tornou-se um fardo, um fardo injusto, porque eles que pleiteiam a vaga são obrigados a ter todo esse dispêndio e os que já estão ocupando o cargo de Conselheiro não têm nenhuma exigência. É no mínimo injusto esse critério. Além da desorganização gritante do CONTIBA, que é o órgão que organiza esse pleito, das possíveis irregularidades, o abuso de poder, porque foi denunciado que muitas das candidaturas foram impugnadas através de um processo, utilizando-se das estruturas das regionais, que é um absurdo, principalmente para aqueles que defendem a liberdade e a igualdade de direito.

O que também me causou grande estranheza, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, foi o caso da possível discriminação. Se discriminação social ou política não sei, ou o que é pior, discriminação religiosa, porque todos esses homens e mulheres, indiscutivelmente, possuem esse dom, o talento, a aptidão para lidarem com jovens, crianças, adolescentes, porque já o fazem, ora ligado a uma comunidade religiosa, ora ligado a uma escola, mas são pessoas que comprovadamente já de longa data têm a prática de interagir com o menor, com o jovem.

Mas quando indicados, por exemplo, pelo Sacerdote Católico Apostólico Romano, o Padre, essa certidão, essa declaração simplesmente não foi aceita, não foi isso Fabiano? Que é uma das pessoas que coloquei a disposição para nos ajudar a assessorar essas pessoas; ou ora do Padre, porque muitos também lidam com escola dominical no seu segmento religioso. Ora, então é um absurdo ter se tolhido esse direito e ter se rejeitado os muitos documentos, que à duras penas, todos eles conseguiram se fazer valer.

Como se tudo isso não fosse suficiente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ainda teve o cúmulo da arbitrariedade, porque alguns dos que aqui estão, e outros representados por estes que aqui estão, conseguiram reunir todas as certidões, pagaram todas as taxas, etc. e tal, e ainda assim tiveram as suas candidaturas tolhidas, impugnadas, sem nenhum embasamento legal.

Por essa razão, assim como disse quinta-feira, reforço no dia de hoje, não poderia eu, como representante da sociedade paranaense, como todos os que aqui estão, Deputada Rosane, ficar de braços cruzados. De pronto coloquei toda a minha assessoria, a estrutura do meu gabinete, para que *pari passu* acompanhados sejam para que tenham a garantia de forma correta, legal do

direito de disputarem a vaga de Conselheiros Tutelares, essa função tão importante, tão imprescindível, principalmente nos dias atuais, em que se multiplica a violência contra o menor, se fala de pedofilia. Agressão à criança e adolescente não é mais novidade.

Portanto, conte não apenas com este Parlamentar, mas com toda essa Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, porque tenho certeza que esta Casa não se calará diante desta possível irregularidade e se somará à luta de todos vocês, guerreiros e guerreiras, que pleiteiam colocar-se à disposição de toda sociedade paranaense. Uma vez esclarecido tudo isso, ganha a sociedade, ganha a democracia.

Quero registrar que, no dia 25 de outubro, comemoraremos a vitória da democracia, porque será a data em que se consumará esse episódio de eleição.

Falando ainda, a Cidade de Cambará completa hoje 85 anos de emancipação. Meu abraço caloroso e minhas felicitações a todo povo de Cambará pelo seu aniversário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No horário do PT, com a palavra o Deputado Elton Welter.

Liderança do PT: Deputado Elton Welter

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Esta Casa, novamente, na manhã de hoje, conduziu mais um bom debate que vai nortear a política do marco regulatório. Estiveram aqui Osmar Dias, vários Deputados Federais e grande parte dos Deputados Estaduais desta Casa. O novo marco regulatório será um marco no País. Se usarmos direito o dinheiro do petróleo, poderemos transformar o Brasil numa grande Nação. Esse debate que passa pelo Estado do Paraná, e que passará por todos os Estados, é fundamental para que usemos o dinheiro do petróleo para gastar com Educação, com políticas sociais, ciência e tecnologia, e também na área ambiental.

Esse petróleo, achado abaixo da camada de sal, é realmente um presente divino para o povo brasileiro. E essa Nação, tem dialogado com o mundo. Somos uma Nação rica em recursos naturais. E temos uma oportunidade de criarmos condições para que diminuamos as desigualdades. Todo o processo ainda de ocupação do nosso solo brasileiro a ser explorado de forma sustentável, de forma ambientalmente correta, vai nos levar a sermos uma grande Nação. Definir que o dinheiro do pré-sal seja, na sua maioria absoluta, para o caixa da União e dividido entre todos os Estados da Federação, essa é grande linha que o Presidente Lula quer. Tenho convicção, do PT ao Democratas, que na legislação que será votada no Congresso Nacional atenderá a maioria do povo brasileiro, onde prevalecerá a visão soberana do povo brasileiro.

Sr. Presidente, Deputado Edgar Bueno, Deputado Elio Rusch, Deputados do Oeste do Paraná, queria chamar a atenção da duplicação de Cascavel até Medianeira. Essa iniciativa é uma bandeira de todos os Pares do Oeste e desta Casa, sem sombra de dúvida. Deputado Duílio sei que também luta por isso.

A primeira agenda que temos que fazer é conversar com a concessionária. É fundamental. Não é admissível, Sr. Presidente, a tarifa no preço que está, sabendo que temos as rodovias em que recentemente foi colocado o pedágio, no Litoral, e os leilões de pedágio que foram feitos pelo Governo Lula, em que a tarifa é, no máximo, em torno de R\$ 2,50.

Beti, sabe quanto é o pedágio nas praças no Oeste do Paraná? Próximo de R\$ 10, R\$ 9,50, se não me falha a memória. Olha, o dinheiro desse pedágio certamente daria para duplicar essas rodovias nos próximos cinco, seis anos. É fundamental.

O Estado somos nós. Quem fez a concessão foi o Estado do Paraná. Se tem alguma pendenga jurídica, isso tem que ser resolvido, e o dinheiro que é cobrado dos usuários deve ser investido na duplicação. Temos que exigir isso, Deputados Lemos, Deputado Elio Rusch. O Estado tem que ser duro, tem que intervir. Se não conseguimos baixar a tarifa, uma questão jurídica, e nem acabar com o pedágio, que era um compromisso do Governador Requião, vamos exigir a duplicação com o dinheiro que já existe e sem aumentar a tarifa. Temos parâmetros, dá para ter estudos comparativos em que já existe modelo de pedágio que foi recentemente autorizado, aqui no Paraná e em outros Estados, em que a tarifa é baixinha, ou se usa esse modelo com a tarifa baixinha para que tencione para que possamos duplicar o trecho de Cascavel a Medianeira.

Não é possível que com tanto recurso que é arrecadado não se faça mais nem um metro de duplicação, e muitas vidas, Deputado Ademir Bier, estão sendo ceifadas. Sei que V. Exa. acompanhou esse vento lá. Precisamos nos unir nessa luta e exigir, dialogar com a concessionária, junto com o DER, junto com o Governo do Estado, e fazer com que a duplicação tenha um cronograma para que ocorra no menor tempo possível. Não é possível admitirmos o argumento de que aquilo que estava no contrato saiu e o custo do pedágio continua alto e não se faz mais nenhum metro de duplicação. Isso foi um golpe que deram nos paranaenses, nos usuários, porque a tarifa, Nelson Justus, é cara, é bastante cara e, com certeza, arrecada o suficiente para ter uma programação para executar a duplicação. Por isso, nos próximos dias, Prefeito Edgar Bueno, V. Exa. tem poder político e legitimidade junto com a bancada do Oeste do Paraná, tanto de Deputados Estaduais e Federais, para dialogar com a concessionária e com o Governo do Estado, e exigir um cronograma para execução e duplicação da 277 no sentido Cascavel a Medianeira.

Sr. Presidente, na última sexta-feira, tivemos um dia de muita festa na Cidade de Toledo. O Deputado Duílio Genari estava lá, o Deputado Ademir Bier estava

lá, o Deputado Elio Rusch passou por lá também, além do Deputado Federal Dilceu Sperafico e do Deputado Federal Eduardo Sciarra. O Governador do Estado do Paraná também esteve presente, nos prestigiou. O Ministro Stephanes também se fez presente. Na minha Cidade comemoramos R\$ 1 bilhão do valor bruto da produção agropecuária. Tenho dito aqui em alto e bom tom: o Oeste do Paraná, mais especificamente na região de Toledo até na região de Guaíra, a colonização daquela região foi feita de forma justa - pequenos lotes bem divididos - e a diversificação da produção, faz com que haja produção de qualidade na área de suínos, caprinos, a avicultura muito forte, o ramo de leite também é muito forte e a produção de grãos - soja, milho - é muito fortalecida.

Sem sombra de dúvida, somos um dos Municípios do Brasil que mais produz por área plantada, industrializa e transforma os produtos de origem animal e vegetal. Isso para nós, nos deu essa condição de 1 bilhão do valor bruto da produção agropecuária. Pelo fato de termos sido colonizados da forma correta, não temos naquela região, Deputada Luciana, conflito agrário. Nunca teve uma ocupação naquela região. Deputado Ademir Bier é testemunha disso, mora em Marechal Cândido Rondon. Por que não tem? Porque foi feito de forma justa, porque muitas terras que hoje ainda, muitas vezes, tem ocupação que existe uma pressão social, é porque, no passado, essas terras foram ganhas na “mão grande” ou teve a facilitação do Estado, na época.

Mas, no Oeste não foi assim, a colonização não foi assim, a colonização foi feita pela Colonizadora Maripá, foi feita em pequenos lotes e é bastante diversificada. E pelo fato de ser bastante diversificada também tem muita riqueza, muita produção e mais imposto. E isso ajuda com certeza a Cidade, ajuda o Estado e ajuda o País. Portanto, minhas homenagens aos pioneiros da Cidade, às políticas públicas implementadas pelo Governo do Presidente Lula, do Governador Requião e de outros Governos do passado que ajudaram a contribuir para isso. Mas, estamos muito felizes, porque atingimos esse patamar de 1 bilhão da produção agropecuária graças ao esforço de tantos trabalhadores e trabalhadoras da área rural e a diversificação na produção e também a nossa indústria na área agroalimentar, que é muito forte.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário do PDT, com a palavra o Deputado Augustinho Zucchi.

Liderança do PDT: Deputado Augustinho Zucchi

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na quinta-feira, quando da visita do Presidente Lula aqui em Curitiba, eu não estava aqui, almocei em Palmeira e fui a Pato Branco, Região Sudoeste.

Na sexta-feira, dia 18, o jornal O Estado do Paraná publicou a seguinte nota: *Presidente do PDT é barrado durante a visita de Lula*. Se tivesse colocado: “O Deputado Zucchi é barrado na visita do Presidente Lula”, eu nem tomaria conhecimento; mas como envolveu o partido na condição de representante do partido, devo obviamente uma satisfação aos filiados e faço esse esclarecimento. Não sei quanto tempo vai circular esse jornal ainda, mas em todo caso, está aqui: *O Presidente Estadual do PDT, Deputado Augustinho Zucchi, foi barrado na porta da sala vip do Aeroporto Afonso Pena, em São José dos Pinhais, onde o Presidente Lula recebeu um seletos grupo de convivas. O grupo era formado pelo Ministro Paulo Bernardo; a Presidente Estadual Gleisi Hoffmann; o Vice-Governador Orlando Pessuti, Zucchi só foi admitido no recinto no final da conversa. Agora, o Governador Requião não vai mais poder reclamar que o PMDB não tem tratamento preferencial, pelo menos, na sala vip.*

Bom, outro dia, entrei em contato, o pessoal da minha assessoria entrou em contato com o jornal, que de forma correta, colocou, no outro dia, a correção: *Não foi ele. Ao contrário do que informou essa coluna na edição de ontem, o Presidente Estadual do PDT não foi barrado na sala vip do Aeroporto Afonso Pena, onde o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu aliados na chegada a Curitiba, anteontem. Zucchinho continua com muito cartaz junto ao Presidente Lula*. Não conversei com o Presidente Lula, mas tudo bem. E diz aqui: *O que aconteceu foi que o Presidente Estadual do PDT foi confundido com o Deputado Estadual Elton Welter, que teve que esperar um longo tempo antes de ser admitido no encontro. O que também fiquei sabendo não se trata de verdade.*

Bom, vejam só o seguinte: o jornal tomou essa iniciativa, o que é louvável, porque afinal de contas, todos podemos ter equívocos. Mas, olhem só, no mesmo jornal, no mesmo dia, aí vem o jornalista Fábio Campana e coloca “barrado”, e repete a nota erroneamente publicada pelo jornal e desmentida no mesmo jornal. O jornalista Fábio Campana, que tem uma convivência muito grande com a nossa Casa de Leis, funcionário inclusive que é, poderia desmentir, a bem da verdade, e não publicar a nota.

Faço isso, Deputado Romanelli, apenas para que obviamente a verdade seja restabelecida, porque na condição de Deputado eu não ligaria para essa nota. Acho que são coisas que podem ser colocadas e equívocos podem haver. Como me foi colocada essa nota, na condição de Presidente do PDT, faço questão de esclarecer.

Concedo um aparte ao meu pretenso sócia, Deputado Elton Welter.

O Sr. Elton Welter (PT)

Deve ser pelo cabelo que fomos confundidos, Zucchi.

De fato aconteceu isso no Afonso Pena. O cerimonial, o pessoal da equipe de segurança do Presidente Lula, de fato não admitiu a minha entrada da sala vip. O Presidente não ficou três minutos ali. Ele chegou e já foi para a posse do Juiz Ricardo. Lá estive acesso à sala vip, fui muito bem recebido e pude cumprimentar muito bem o nosso Presidente.

O Sr. Stephanes Júnior (PMDB)

Concede-me um aparte, Deputado Zucchi?

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Muito obrigado, Deputado Elton.

Sr. Presidente, apenas fazer esse comunicado. Concedo um aparte ao Deputado Stephanes Júnior.

O Sr. Stephanes Júnior (PMDB)

Deputado Zucchi, felizmente isso não aconteceu com você, mas é muito comum. O Deputado Romanelli foi barrado em Congoinhas, na visita do Presidente Lula. Infelizmente é normal acontecer isso com os Deputados.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Obrigado, Sr. Presidente.

Fazer esse comunicado, para que se registre a verdade dos fatos. Agradecer a Betinha, do Estado do Paraná, que no outro dia corrigiu. Espero que o jornalista Fábio Campana, conceituado como é, possa corrigir a sua coluna e restabelecer a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Horário das Lideranças: PP.

(Declina)

PMDB. Com a palavra o Deputado Romanelli.

Liderança do PMDB: Deputado Luiz Claudio Romanelli**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A língua é o chicote...". Vou cortar a língua de um Deputado juvenzinho ainda aqui e dar para os cachorros comerem.

Essas confusões são comuns. Quando o Presidente vem ao Paraná ou a qualquer outro Estado, sempre há esses contratemos. Já relatei, Deputado Stephanes, a minha ida a Congoinhas. Eu que sou um fã do Presidente Lula, que fiquei mais comovido, porque não bastasse aquela trapalhada toda do cerimonial, o Presidente da República me catou pelo braço e disse: "Você vai subir nesse palanque aqui." Ele é uma pessoa generosa e a sua generosidade não é esta relacionada às suas relações pessoais.

Na campanha eleitoral, lembro-me que o Presidente Lula, em um documento, reconheceu que o Brasil precisaria criar 8 milhões de empregos, houve quase um linchamento dele. Disseram que ele era mentiroso, que no Brasil nunca seriam criados 8 milhões de empregos. Ele ficou intimidado e falou que estava dizendo que precisava, que era um diagnóstico, que não estava prometendo, mas que iria trabalhar para mudar essa realidade. Passados seis anos e meio, sabem quantos empregos o Presidente Lula criou, com carteira assinada no Brasil? Novos empregos? Onze milhões de empregos.

Por isso que eu sou fã do Presidente Lula, porque se tem alguém que pensa no povo neste País é o Presidente Lula, como o Deputado Strapasson, não é Deputado? Não é à toa que nos orgulhamos de, numa articulação muito boa, tanto 2002, quanto 2006, nos articulamos, fizemos as alianças necessárias para o segundo turno, especialmente, e apoiamos o Presidente Lula aqui no Paraná e o PT e as principais lideranças, com o Presidente Lula, apoiaram o Governador Requião. Até lamento que tenhamos perdido a eleição no segundo turno aqui para o Presidente Lula - perdemos de pouquinho também, como o Governador Requião ganhou de pouquinho. O Paraná, de fato, é um Estado complicado, do ponto de vista, havia ainda um certo ranço em relação ao PT, temos que reconhecer isto, o setor mais conservador, mais vinculado a questão do cooperativismo.

Hoje não. Acho que o Presidente Lula já deu tanto dinheiro para as cooperativas, que cooperativa que não apoiar o candidato do Presidente Lula, sinceramente, vai ter que mudar de ramo, porque afinal de contas, o apoio foi muito forte ao segmento.

E nós sabemos que temos grandes desafios pela frente. Por isso que estou convencido que a nossa sociedade é uma sociedade marcada por grandes desafios, e ela vai ser superada quando governantes, como o Presidente Lula, o Governador Requião que pensam no povo, não adianta nada ficar fazendo discurso e não fazer aquilo que é necessário.

Eu, ainda há pouco, falava com o Deputado Ademir Bier, Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa, amanhã o Governador Requião, Deputado Douglas Fabrício, V. Exa. tem sido sempre um crítico do Governo, gostaria que escutasse isso aqui, até porque V. Exa. sempre faz isso comigo, inclusive, queria dizer o seguinte - amanhã o Governador anuncia na Escola de Governo a abertura de concurso público para contratação de 2 mil novos policiais, sendo 1 mil e 100 policiais militares que são da Força Policial, 400 policiais militares bombeiros e 500 novos policiais civis. São 2 mil novos postos e, Deputado Anibelli, V. Exa, sabe, serão esses postos anunciados amanhã, o concurso público, uma resposta, Deputado Strapasson, a este tema, inclusive V. Exa., como a Deputada Beti tem trabalhado muito nesta questão da Região Metropolitana, que é um tema preocupante, como também algumas outras regiões, mas oportunamente Curitiba e Região Metropolitana, penso que é o trabalho que tem que ser aprofundado.

E temos que reconhecer que a Polícia Militar faz um belíssimo trabalho, ao lado da Polícia Civil, mas são grandes desafios, até porque temos que reconhecer, o nosso Governo em momento algum fez qualquer tipo de ação que pudesse impedir, por exemplo, a contratação de professores. Realizamos os concursos públicos necessários, extinguímos a precarização da Educação através da Paranaeducação, que era o que tinha sido construído, e hoje quando falta professor temos ainda os processos simplificados de contratação, o PSS para poder suprir todas as demandas que temos de professores.

E nós sabemos, fizemos o Plano de Cargos e Salários, demos reajustes diferenciados, investimos, também em relação a Polícia Militar que precisamos ter um policial bem treinado, bem pago, com viaturas novas, com equipamentos funcionando efetivamente com os modernos recursos que permitem a comunicação, é isso que faz a diferença na qualidade do policiamento, mas indiscutivelmente a questão do efetivo é muito importante.

Então, quero anunciar aqui que estaremos amanhã, o Governador Requião estará amanhã na Escola de Governo autorizando o concurso público para contratar 2 mil novos policiais no Estado do Paraná.

É um número muito significativo, é muito importante, o Governo faz isso com os pés do chão, na realidade da necessidade do Estado, mas também dentro das possibilidades, daqui que o nosso orçamento, que a nossa receita permite. Até porque, Deputado Dobrandino, V. Exa. sabe, foi Prefeito de Foz do Iguaçu, é uma pessoa que tem profundo conhecimento, foi Líder do Governo nesta Casa, sabe que o nosso Governo se pauta pela primazia da realidade. E o que é possível dentro da absoluta coerência desse Governo é justamente fazer esse anúncio importantíssimo, porque temos que valorizar cada vez mais os nossos profissionais na área de Segurança Pública.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Só para dizer a V. Exa. que essa questão que envolve os policiais, temos falado muito com o Governador sobre uma Escola de Polícia em Ponta Grossa, que já foi feita. E segundo informações que eu tenho, amanhã será confirmado também uma escola de novos policiais em Ponta Grossa, pela estrutura e pela necessidade que temos de novos policiais nos Campos Gerais.

Por isso, fico feliz com essa notícia, porque ela vem ao encontro aquilo que estávamos esperando. E essa Escola de Polícia, com a capacidade que tem o 1º BPM, poderemos também iniciar lá essa Escola de Polícia que será anunciada junto com esses policiais amanhã. Parabéns.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Parabéns a V. Exa. também.

Penso que todos os Deputados que integram a base de apoio ao Governo são responsáveis pela política de Segurança Pública. Até, muitas vezes, pelas críticas e pelas cobranças que fazem. Mas não tenho dúvida, já avançamos muito. O nosso Estado ficou muito tempo

sem contratar, sem pagar salário, mas estamos conseguindo avançar muito. Esses últimos seis anos e meio foram anos de muito trabalho e de grandes resultados, de grandes conquistas. Sabemos que os índices de violência são extremamente preocupantes. Temos, junto com a pandemia da Gripe A, a pandemia da violência, da droga, especialmente dessa droga que é o crack. E ainda tem alguns que falam em legalizar a maconha, como se fosse possível legalizar uma droga que queima os neurônios da nossa juventude, ou do crack, que destói completamente os neurônios e deixa a pessoa quase que inutilizada para a sua vida. Por isso que temos que trabalhar.

Concluo dizendo que efetivamente temos essa conquista que é importantíssima para a sociedade paranaense.

Todos os Deputados estão convidados, todos os Deputados que integram a nossa base e os Deputados que integram a Bancada da Oposição, a comparecer a Escola de Governo amanhã e presenciar o ato de autorização do Governador para a contratação de 2 mil novos policiais. Concurso público vai ser aberto e todos os jovens que quiserem participar vão ser muito bem vindos. É a oportunidade de seguir uma carreira importantíssima, sabemos o quanto que isso vai poder ajudar na Segurança Pública do nosso Estado. Precisamos reforçar ainda mais a estrutura da nossa Polícia Militar e da nossa Polícia Civil.

Agora, nesta Casa tem que terminar de votar para podermos obter a contratação dos profissionais da área que envolve o Instituto de Criminalística, temos que votar uma lei para poder adequar, para poder contratar e nomear as pessoas. São avanços, exemplo de avanços que temos tido. Porque temos que fazer funcionar bem a Segurança, como também os outros setores do Governo para poder atender bem a sociedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Esta Presidência parabeniza V. Exa. por este ato que tanto esta Casa clama.

No horário do Bloco PPS/PMN, concedo a palavra ao Sr. Deputado Douglas Fabrício.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Eu me preparei para falar de um assunto aqui relacionado ao Portal da Globo G1, que deu um destaque nacional sobre 10 festas no País.

Vou falar um pouco do que o Deputado Romanelli estava falando ali na tribuna. Ele falou, veja só como é engraçado, uma demonstração de alegria e de felicidade, ele está dizendo que vai contratar. Estamos em 2009, ano que vem é o último ano do Governo Requião, no ano 2010. Depois vem o novo Governo que o povo vai escolher, não sabemos nem quem serão os candidatos.

Mas vamos falar de Segurança Pública, um caos. Os Municípios, alguns dizem que já era um caos na época do Jaime Lerner também, era muito difícil, faltava na época gasolina para colocar nos carros dos policiais, faltavam policiais, tinha dificuldade de salário para os policiais. Depois veio o Governo Requião prometendo que ia resolver o problema - ele inclusive assumiu a pasta de Segurança Pública, como sendo o “xerifão”. Não resolveu, está um caos a Segurança Pública.

Passou o primeiro ano de Governo, o segundo, o terceiro, o quarto ano, no segundo mandato, sexto ano, sétimo ano, vai acabar o Governo, aí ele anunciou, com toda a pompa, vai fazer um evento pela TV Educativa, filmando, mostrando que vai anunciar o concurso. O concurso, não sei quanto tempo para fazer a prova, fazer as inscrições, depois das inscrições tem o processo seletivo, tem mais o processo médico, etc. Vai demorar mais um ano para poder contratar. Se eu ouvi direito, 2 mil policiais. Se pegar e dividir pelo Paraná inteiro não dá nem cinco por Município. Fazem um barulho tão grande, como se fossem resolver o problema, e não vão resolver.

O Sr. Stephanes Júnior (PMDB)

Deputado, não repõe nem o efetivo que está precisando.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Deputado Stephanes Júnior, V. Exa. que é do PMDB, olha, esse Governo, sinceramente, na Segurança Pública está um caos. Não me motivou em nadar ir à “escolinha” amanhã. Já nunca fui, amanhã muito menos, para saber o anúncio de um concurso.

Presidente Anibelli, um barulho enorme, o Líder do Governo usa a tribuna do partido dizendo: “Olha, vai ter concurso.”

Ah, eu pensei que já estavam contratando as pessoas para colocar na rua os policiais para começarem a defender o povo.

Sinceramente, ia falar de um outro assunto. Não tem como não falar desse assunto que o líder trouxe aqui. Vai contratar 2 mil policiais. Agora vai ser o concurso. Imagine quanto tempo vai demorar em realizar isso. Está deixando para o último ano de Governo. Numa pasta que nós aprovamos. Todos os Deputados, da Base e da Oposição, aprovamos mais de R\$ 1 bilhão, Deputado Stephanes Júnior, para esta pasta da Segurança Pública. Não sei onde foi investido esse dinheiro. Não sei. Só se V. Exa. sabe, que é aliado do Governo. Mas fizemos pedido de informações aqui para responder, e não responderam.

Cobramos do Secretário da Segurança Pública vir aqui se explicar para os Deputados. Não veio. Fizemos convite de forma cordial, educada, pela Assembleia. Não veio, não aceitou.

Aí faz um pampeiro, como se estivesse resolvendo o problema do mundo, porque estão anunciando o edital do concurso, vai assinar o concurso. Acho que temos que

levar mais a sério essa área de Segurança Pública. Tem que contratar mais policiais, tem que melhorar o salário dos policiais.

Conversei, nesse evento que participei sábado, tinha algumas lideranças ligadas à área de Segurança Pública, e as pessoas me dizendo das dificuldades que estão os Municípios. Faltam policiais. Tem Municípios em que está faltando gasolina. É o Município que ajuda. E estou sabendo de uma ordem que chegou assim: “Procurem evitar de as viaturas ficarem andando, para não gastar muito combustível. É bom deixar num local estratégico, meio parado, por lá. Deixem ligados os faróis para dar uma sensação de que há policiais ali. Mas não andem muito, porque senão vai consumir muito combustível.”

É. Estou ouvindo. Estas denúncias chegam para nós, que somos da Oposição. E aí? Aí, ouço aqui, com muito respeito, é claro, o Líder do Governo fazer um convite para um evento amanhã, na TV Educativa, que a Escola de Governo vai assinar um edital para contratar 2 mil policiais.

O Paraná tem o efetivo praticamente igual ao do Estado de Santa Catarina, vizinho nosso. Só que Santa Catarina tem metade da população. Esses números estão na imprensa, é só buscar a informação. Agora, tem que ler com os olhos, com a mente, a cabeça brilhante e tem que acreditar.

Tem outra situação: o Rio Grande do Sul tem um efetivo, o dobro de policiais, praticamente, que o Estado do Paraná. E a população praticamente a mesma. Agora, temos um efetivo praticamente igual ao de Santa Catarina e a população é o dobro de Santa Catarina. Naturalmente que o Governo tem que fazer concurso, mas não para contratar 2 mil policiais, tem que contratar mais, muito mais. Esta pasta precisa de muito mais!

A falta de segurança, não sou só eu quem está falando, quantos Deputados já falaram! Até o Deputado Mauro Moraes, por começar a criticar a Segurança Pública, começar a fazer Audiência Pública, sacaram ele da pasta de Segurança Pública aqui da Casa! Ou seja, ele era o Presidente dessa comissão. Este é o maior motivo para dizer que eles não gostam quando vem alguém aqui que critique a Segurança Pública, fale que não está boa. É! V. Exa. tem feito um esforço. Até reconheço que V. Exa. tem feito um esforço. Mas, tem sido em vão, porque não tem melhorado a Segurança Pública do Paraná. Não tem.

Marquem prazo, amanhã é dia 22 de setembro, início da primavera. Temos um grande anúncio, o Governo vai assinar o edital de concurso da Polícia, para contratar pessoas. Aí vamos ver quando estes policiais estarão nas ruas. Pelo que vejo, será na posse do outro Governador. Sinceramente. Esta é uma pasta que o Governo deveria cuidar com mais atenção, desde o início. Deveria ter colocado policiais, contratado, deveria ter investido. Nós, Deputados, temos um respaldo, porque toda vez que veio para votar o orçamento, todos os Deputados votaram favoravelmente ao orçamento. Não vi nenhum Deputado

votar contra a Lei do Orçamento. Significa dizer que aprovamos para o Governo investir em mais Segurança, Saúde, Educação, etc e etc.

Vou falar de outro assunto, rapidamente. O Portal da Globo, o G1, deu um destaque nacional a 10 festas regionais realizadas no Brasil. Destas 10, o Paraná teve duas colocadas: a Festa do Carneiro no Buraco e a Festa do Boi no Rolete, que é de Marechal Cândido Rondon. Estas duas festas foram destaque, colocadas no Portal da Globo.

Quero dar o destaque da nossa Festa do Carneiro no Buraco. Uma festa que vários Deputados já participaram, existe há muitos anos na Cidade de Campo Mourão. Mas, consegui mídia nacional, evento considerado como festa nacional quando da administração do Rubens Bueno, quando Prefeito. Ele colocou que esta festa deveria ser maior do que ela é. E o CQC ajudou a divulgar, porque aí demagogicamente o Governo do Estado foi lá se utilizar desta festa para entregar ônibus. É verdade o que V. Exa. está lembrando!

Nem iria lembrar, mas o Deputado Romanelli está falando ali que o CQC fez aquela cobrança do Governo do Estado para entregar os ônibus e espero que entregue mesmo, porque estou de olho. Quero dizer que o CQC enalteceu a festa e só ridicularizou a forma de entregar ônibus na festa. O CQC disse: "Se aproveitar de uma festa de uma comunidade para ir lá e entregar ônibus com dinheiro do Governo, dinheiro do povo!" Então, foi isso que o CQC fez e eu não estava nem lembrando. E o prazo para entregar os ônibus está acabando, o dia 30 de setembro, e estamos acompanhando bem de perto isso.

Passa a usar o Horário da Liderança da Oposição

Vamos entrar na história dos ônibus então, Deputado Romanelli. Não tenho medo de apanhar e quando V. Exa. me critica eu fico muito grato, porque acho que até estou ganhando votos quando V. Exa. está me criticando, porque V. Exa. defende tão cegamente esse Governo como se não existisse erro. Reconheço muitos acertos do Governo e inclusive falei aqui na semana passada com o Secretário Gilberto Martin, dizendo a ele do trabalho que vem fazendo na Secretaria da Saúde e votei na semana passada um projeto que o Governo trouxe para esta Casa, e que teve Deputado da base do Governo que foi contra e que nós votamos favoravelmente, que é o projeto acabando com aquela situação de fumar em ambientes, que espero que o Governo Requião sancione essa lei.

Então, tenho tido aqui coerência. Aquilo que reconheço que está indo bem não tenho nenhum problema de pegar e elogiar o Governo, falar que está certo em tal ponto, mas naquilo que não está certo, tenho que falar que não está certo. A pasta da Segurança Pública está realmente um caos. É um mérito contratar novos policiais? É claro que é, mas está vindo atrasado. E 2 mil novos policiais são pouco. Tem que contratar mais.

A história do pedágio, como eles estavam falando aqui, o pessoal da Região do Sudoeste dizendo da importância que é a duplicação da BR-277. A 277 já era para estar duplicada, se não fosse essa briga do Requião com o pedágio. Então, o pedágio não acabou, não baixou e as rodovias não foram duplicadas. Tem a mesma rodovia que liga Campo Mourão até Maringá que era para agora, neste final de ano, estar sendo duplicada, encerrada a duplicação e não vai acontecer, sendo que já tem prazo até 2014 para ser duplicada e eu não estranharia se no ano que vem chegar algum tipo de renegociação, dessas empresas de pedágio para querer renegociar uma nova etapa de contrato. Porque vejam que o Paraná teve um prejuízo enorme com essa briga do Governo do Estado com as concessionárias.

Na semana passada ainda falei nesta tribuna de uma situação de um empresário em Campo Mourão, que sofreu um acidente e que a empresa responsável pela rodovia demorou para atender. A empresa colocou uma nota oficial na imprensa, dizendo que o que o empresário dizia não era bem isso. Conversei com o empresário mais uma vez e ele reafirmou que era bem aquilo, sim. E tenho ouvido reclamações na área do pedágio naquela situação em que eles colocaram a Via Fácil. Via Fácil é aquela pessoa que paga por mês e daí pode passar rapidamente. Só que está tendo fila no Via Fácil, por quê? Porque eles colocaram lá também não só o Via Fácil, mas um atendente para atender quem quer ser recebido manualmente para pagar o pedágio e quem passa para pagar automaticamente. E com isso é um desserviço, não está sendo oferecido com qualidade o serviço pelas empresas de pedágio. Nesse ponto o governo deveria renegociar, mas fica no discurso e não resolve o problema.

Então, esse movimento da Região Sudoeste para duplicar a BR-277 é legítimo e coerente. Agora, o Governo tinha que fazer a sua parte. Não adianta ficar só no discurso. O pedágio não acabou, Deputado Romanelli. O problema está na Justiça, mas infelizmente quem está pagando o preço é o povo. Então, quando eu acho que o Governo está errando tenho obrigação de vir aqui cobrar, como eu falo da pasta de Segurança Pública.

Eu sei que V. Exa. tem que defender o Governo, está certo V. Exa. em dizer que é bom contratar novos policiais. Eu também digo que é bom contratar novos policiais, mas que já vem tarde esse concurso público.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Eu diria o seguinte: vamos ser justos. Na semana passada eu vinha de Santa Catarina, você passa na BR-101, daqui a Camboriú tem três pedágios, você paga R\$ 3,30 nos três, R\$ 1,10 cada um. Tem manutenção, inclusive está boa a estrada, tem aquela passagem da Via Fácil, tem todo um atendimento de primeira, acho melhor que aqui.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Dá quantos quilômetros, Deputado Dobrandino, essa viagem que o senhor fez?

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

Duzentos e cinquenta quilômetros. Não é justo você ir a Paranaguá e pagar R\$ 12,70, se não me engano.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Só de Campo Mourão a Maringá dá quase R\$ 8 para pagar. Ir e voltar dá 15.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

Se considerar isso, Deputado Douglas, eles têm mesmo que duplicar as estradas.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Por que não duplicam?

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

Acho que é o contrato que fizeram, na verdade, que favoreceu as concessionárias. Na Justiça eles ganham todas. Então, acho injusto.

Sinceramente, quero ser claro aqui, com todo respeito que tenho por quem defende o contrário, eu teria dificuldade em defender as concessionárias com esse abuso da taxa cobrada pela concessionária.

Muito obrigado pelo aparte.

O Sr. Elio Rusch (DEM)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Douglas, usei hoje o horário da Liderança do Democratas para falar da manifestação que aconteceu na última sexta-feira, quando a sociedade civil organizada está se mobilizando para convencer, para conscientizar as autoridades da necessidade da duplicação dessa rodovia.

Ora, dois acordos foram feitos, primeiro uma licitação. Quando o Governador Jaime Lerner reduziu em 50% o pedágio na sua reeleição em 1998, esses 18 meses que ficou paralisado foi feita uma repactuação com todas as concessionárias, mas posso falar de conhecimento da Rodovia das Cataratas, que hoje é Ecocataratas. Aí retiraram alguns serviços, mas não se retirou a duplicação da BR entre Foz e Cascavel. E o que é que tinha lá dentro? Que o primeiro espaço, o cronograma físico da obra da duplicação entre Cascavel e Foz do Iguaçu, que primeiro ponto, dia 31 de dezembro de 2002 deveria estar concluído de Foz do Iguaçu até Medianeira, de Cascavel até o trevo de Capitão Leônidas Marques, isso foi concluído. Aí assumiu o novo Governo, Deputado Douglas, aconteceu aquela briga do pedágio de baixar ou acabar, não sei o quê, rompe contrato, não rompe contrato; agora, o que aconteceu efetivamente não sabemos. Agora, alguém é culpado disso.

Quando foi repactuado o contrato com o Governo Jaime Lerner, na época o Deputado Nelson Justus era Secretário dos Transportes, deveria estar concluído até 31 de dezembro de 2007 esse trecho. Não está concluído por culpa do Governo Roberto Requião. Essa é a verdade. Podem dizer o que querem, porque estão lá os documentos. Por esta razão que iremos fazer um requerimento em conjunto, a Liderança do Governo e a Liderança da Oposição, solicitando ao Secretário dos Transportes porque pararam as obras da duplicação da BR-277 depois de 2003. Vamos ver a resposta dele e depois confrontar com as informações das empresas concessionárias.

Muito obrigado.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Precisamos voltar à história do pedágio, porque a população não aguenta mais pagar o preço que está, não duplicam, não oferecem bons serviços e não atendem nem com respeito às pessoas. Temos que pegar um compromisso de todos os candidatos a Governador, para dar uma solução definitiva para essa história do pedágio.

Concedo um aparte ao Deputado Cleiton Kielse.

O Sr. Cleiton Kielse (PMDB)

Só quero adiantar que, quarta-feira agora iremos trazer uma análise, estou com todos os documentos oferecidos pelo DER pela segunda vez, pois me roubaram os documentos há um ano e meio. Já estivemos há duas semanas na Receita Federal, na Procuradoria da República, no Ministério Público Estadual, com o Presidente do Tribunal de Justiça e peço, literalmente, seu apoio para uma proposta que vamos apresentar na quarta-feira. Trarei todos os documentos, são mais de 3 mil páginas, já analisei 2 mil e 500, até quarta acabarei de ler todas elas. Vamos fazer um rascunho de tudo que aconteceu, desde 1998, os erros e os acertos e algumas coisas que temos dúvidas, que na escuridão do passado porde ter acontecido.

Muito obrigado.

O Sr. Elton Welter (PT)

Deputado Douglas, as tarifas são caras. Não é possível que o artifício jurídico sobreponha sobre o interesse do Estado. É de interesse do Estado, é de interesse de todas as lideranças do Paraná, haja vista que as tarifas são caríssimas. Temos que montar a comissão e convocar o DER e a concessionária, para estabelecer um calendário para executar a duplicação de Cascavel a Medianeira. É inadmissível com o dinheiro que se arrecada lá não foi feito nenhum metro. E tentar culpar o Governo com uma questão jurídica.

Muito obrigado.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Essa história da duplicação do pedágio, estão enrolando o povo faz muito tempo. Cobram caro, não oferecem o serviço de qualidade e ainda não fazem a duplicação e o povo pagando a conta. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Deputado Douglas, V. Exa. é feliz, porque foram entregar os ônibus na Festa do Carneiro no Buraco da sua Cidade. Estivemos em Paranavaí, junto com o Deputado Kielse, Deputado Romanelli e esconderam o Governador no parque de exposição para não ter gente. Reclamei, em nome dos presentes, e ainda disse mais: que tinha alguns Deputados que puseram a faixa em seu nome para que o povo agradecesse e que era mentira aquilo, que foi o Governo do Estado que fez e esta Assembleia concordou com tudo. Então, sou um defensor de todos. Então, V. Exa. é feliz e não sabe, porque gostaríamos de estar lá em Paranavaí, durante a exposição-feira, para entregar os ônibus.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Deputado Anibelli, sou feliz e sei sim, e ajudei a aprovar esses ônibus. Então, pode ficar tranquilo. O que quero é que entreguem rápido. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Horário do Governo. Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, na verdade, não quero esgotar a paciência dos meus Pares, mas não é possível deixar de falar, Deputado Douglas, sobre algumas verdades.

Em primeiro lugar, quero falar sobre o pedágio. Para não esgotar o assunto, até porque, sinceramente, tanto eu como o Deputado Anibelli, até hoje, não conseguimos derrubar os interditos proibitórios que tem contra nós. Estamos proibidos de nos manifestar nas praças de pedágio, multa de 6 a R\$ 9 mil por hora. E a Juíza de Foz do Iguaçu, Deputado Dobrandino, outro dia, nos condenou e ainda nos condenou às incumbências, vamos ter que pagar os honorários dos advogados da Rodovia das Cataratas. Veja que absurda essa situação!

Quero dizer o seguinte aqui: não é possível discutir a questão do pedágio do Paraná se não trouxermos para a discussão a Justiça Federal, tanto aqui do Estado quanto à do TRF4, e o Ministério Público Federal. Outro dia ainda, um Procurador da República, aqui do Paraná, se não me engano o Dr. Sérgio Arenhart, tomou uma medida que, primeiro, achei que ele estava equivocado; depois, vi que estava absolutamente correto, que é de dar a responsabilidade do patrulhamento das rodovias federais à Polícia Rodoviária Federal. Ao mesmo tempo, nas rodovias federais, quem paga a conta, como paga lá na BR-369, é o povo do Paraná, é o Governo que fez uma licitação. Claro que foi um conluio, um acordo entre amigos, para distribuir os trechos das rodovias, mas nós pagamos a conta.

É o Estado o responsável pela manutenção, mas ficou a conta para pagar e, ao mesmo tempo, é uma coisa

surrealista, porque daí transfere para a Polícia Rodoviária Federal, de qualquer forma, embora tenha um custo muito alto.

Tenho tido as reclamações dos policiais rodoviários federais, porque vieram aqui da Bahia, Espírito Santo, de todas as regiões do Brasil. Faltam policiais, mas eles estão trabalhando. Ao mesmo tempo, ficamos com policiais rodoviários melhorando até o patrulhamento das rodovias estaduais.

É verdade isso. Mas isso eu diria até que foi um movimento positivo. Tudo bem, faz parte do processo da Constituição, o artigo 144, não vamos discutir isso. Agora, eu queria ver o Ministério Público Federal empenhado nessa questão dos pedágios, porque é uma desfaçatez mesmo, como disse o Deputado Dobrandino.

Vai-se daqui para o Balneário de Camboriú, ou de Itajaí, enfim, para o Sul, são três pedágios. Você tira as moedinhas, dá R\$ 1,10 em cada pedágio. Vai descer para as praias do Paraná, são R\$ 12,50. Nos sentimos assaltados toda vez que passamos ali. Não é possível, Deputado! O exemplo aqui dessa questão que o Deputado Elio Rusch disse.

Deputado Elio Rusch, tenho lá na minha gaveta, porque em 2007 requeri o famoso pré-contrato dessa questão da Rodovia das Cataratas, entre Cascavel e Foz, e é uma questão que, de fato, temos que aprofundar mesmo essa discussão. Sinceramente, quero dizer uma coisa aqui: não dá para discutir a questão do pedágio se não trouxermos para essa discussão a Justiça Federal, porque eu já discuti com vários Juízes Federais e Juíza Federal, e cada um tem um entendimento diferente.

No TRF4 tivemos aquela decisão do Desembargador Federal Lugon, em que conseguimos fechar a praça de pedágio de Jacarezinho. Ficou quase 40 dias fechada a praça de pedágio. Já temos decisões da primeira e da segunda instância da Justiça Federal. O STJ negou o recurso especial e aí, num recurso extraordinário, fora do período do recesso da Justiça Federal, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Ministro Gilmar Ferreira Mendes, a questão da manutenção da ordem pública - se não me engano foi esse o fundamento - ele deu uma liminar e já está funcionando há quase um ano a praça de pedágio que foi determinado o fechamento pelo TRF4 de Porto Alegre e pelo Juiz Federal de Jacarezinho. E continua a praça lá, faturando R\$ 5 milhões por mês, a praça de pedágio de Jacarezinho.

Não tenho dúvidas de que essa questão do pedágio, sinceramente, é uma vergonha. Eu me sinto frustrado. Eu votei aqui nesta Casa, fui das poucas vezes, eu e a Bancada valente do PMDB, da Bancada do PT, falei em nome da Liderança do PMDB, votamos contra a implantação do pedágio porque vimos que o modelo de pedágio que se implantava no Estado do Paraná era perverso contra à sociedade paranaense. E falamos, fizemos ações, discutimos. Tem mais de 40 ações judiciais, mas infelizmente, inclusive, essa questão que envolve a duplicação da rodovia Cascavel/Foz do Iguaçu, eles

pegaram o tal de pré-contrato, que não é um contrato, é um pré-contrato, e daí, com artifício jurídico, eles utilizam para não fazer obra nenhuma. Por quê? Porque eles postergaram naqueles dois acordos que o Jaime Lerner fez no momento que reduziu, primeiro, para ganhar a eleição de 1998, a tarifa do pedágio. Implantou o pedágio, que estava muito alto. Baixou, reduziu em 50% o preço. E aí depois gerou o passivo, criaram-se os degraus tarifários. Eles suprimiram obras. E mais do que isso, eles transferiram as obras.

Agora, são mais de R\$ 7 bilhões que essa gente já arrecadou. Estão arrecadando 1 bilhão por ano. É dinheiro que não acaba mais! Só a Concessionária Ecovia, aqui no Litoral, já arrecadou 1 bilhão. Só ela! Só ela, sozinha, dava para ter construído quantas vezes a mesma rodovia? E nós, na verdade, assistimos isso e ficamos absolutamente perplexos. Eles fazem o que querem nas rodovias, não se consegue fiscalizar, porque qualquer coisa que se faça é Justiça, ações judiciais, e eles contrataram os melhores advogados do nosso Estado e do País, os melhores administrativistas. Olha, tem um, inclusive, que é uma pessoa que como administrativista tem um grande respeito, o Professor Marçal Justen, que reescreveu parte da obra dele para poder sustentar, do ponto de vista doutrinário, os interesses das concessionárias de pedágio. Eu sei que ele pode sentir-se agredido pelo que estou falando aqui, mas eu li as duas versões da obra dele, e ele mudou o entendimento depois que passou a ser o advogado das concessionárias de pedágio.

Desculpem eu falar isso publicamente, mas estou dizendo o seguinte: é tão profunda a capacidade que essas concessionárias têm, o poder econômico deles é tão grande que ficamos, sinceramente, quase que impotentes do ponto de vista da nossa atuação, porque eles fazem o que querem.

Quando o Presidente Lula fez o leilão na BOVESPA, o que aconteceu? Todos perderam, porque entraram lá os espanhóis, vieram e colocaram o pedágio a R\$ 1,10. Porque não fazemos aqui no Paraná, de novo, uma licitação? Já arrecadaram demais. O acordo, inclusive, porque o meu medo é o seguinte: eu já disse que quero propor aqui uma PEC Cidadã. Essa PEC tem que contemplar o seguinte: não é possível que um Governo que, no pós-Requião, venha aqui e faça o seguinte: qual é o sonho das concessionárias? O sonho é criar mais praças de pedágio e prorrogar o prazo de vigência do contrato. Esse é o sonho das concessionárias.

Olha, quero estar vivo para ver, mas V. Exa. pode ter certeza, eu tenho muito medo, porque essa praga do pedágio que está implantada no Paraná tem tentáculos muito fortes em todas as áreas e é muito grave a capacidade que eles têm de poder, de fato, conseguir convencer as pessoas daquilo que eles acham que é o contrato e é o direito deles. Eles se articularam muito bem e estão vendendo para as grandes empresas nacionais. A Rodonorte, aqui, quem assumiu foi uma empresa de uma empreiteira nacional, acho que a Camargo Correia.

Concedo um aparte ao Deputado Strapasson e posteriormente ao Deputado Elio Rusch.

O Sr. Edson Strapasson (PMDB)

Deputado Romanelli, V. Exa. aborda a questão do pedágio. Temos que nos lembrar que estávamos falando de R\$ 12, daqui até Paranaguá, R\$ 13 até Ponta Grossa, para automóveis. Para caminhões, para transporte da nossa economia, a coisa fica muito mais complicada. Se for carregado um caminhão de calcário, em Colombo, e levar para Foz do Iguaçu, o preço do pedágio supera o valor dessa mercadoria. Isso demonstra o tamanho da ganância dos pedágios. Temos sempre que lutar junto ao Poder Judiciário. Não consigo aceitar essa tese de que contrato feito é para ser cumprido, mesmo quando se prova que há uma lesão permanente ao patrimônio público e ao bolso do cidadão do Paraná.

O Sr. Elio Rusch (DEM)

Agradeço, Deputado Romanelli.

Vamos abordar sobre esse assunto, inclusive sobre o preço do pedágio, aquele projeto que apresentamos que foi rejeitado aqui. Dizer que essa licitação, quando se instalou o Anel da Integração no Estado do Paraná, não era por preço, mas sim a concessionária que oferecia mais serviços. O preço do pedágio ligando Curitiba ao Litoral, em uma única praça de pedágio, o caminhoneiro paga de Curitiba a Paranaguá, mas ele também paga para a conservação da rodovia Alexandra/Matinhos, a ligação da BR-277 a Morretes/Antonina, também a conservação da Estrada da Graciosa, que não tem absolutamente nada a ver com a BR-277. Esse foi o projeto que apresentamos aqui na Assembleia, mas que foi rejeitado.

Vamos falar também sobre o rompimento dos contratos, abaixo do pedágio. Fui eu que falei na tribuna que o Governador Jaime Lerner, na sua reeleição, reduziu 50%. Dezoito meses as empresas ficaram cobrando 50% e daí eles iriam implantar todo o aumento. “Não. Vamos repactuar novamente o contrato, retirar algumas obras.” Mas não foi retirada a duplicação da 277, ligando Cascavel a Foz do Iguaçu. Isso não foi retirado dos investimentos. Outras obras foram retiradas e isso constava no contrato que foi repactuado.

Por essa razão, vamos apresentar em conjunto um requerimento. Tenho uma resposta, que recebi na semana passada, do Secretário dos Transportes, que é proveniente de uma moção aprovada pela CACIOPAR. Acredito que todos os Deputados tenham recebido. O Secretário disse que depende da Justiça Federal, que está na 6ª Vara da Fazenda Federal, em Porto Alegre. Enquanto eles não julgarem, quem sofre é o Oeste, é o Paraná, é o Brasil.

Neste momento temos que ter muita cautela, muito juízo. Aquela velha frase que diz: “Cautela e caldo de galinha não fazem mal a ninguém”. Acima dos interesses políticos e ideológicos, existe a vida, essa não tem preço e sobre isso temos que lutar.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, apenas para concluir.

Aquele seu projeto, Deputado, era para dar mais benefício ainda para as concessionárias de pedágio. Já expliquei a V. Exa., que o contrato oneroso que foi feito, no Paraná, previa tarifa máxima e serviço de manutenção em rodovias, que dão acesso à rodovia principal.

Que é o caso da ligação da 277 até Morretes. Eles tinham que ter pelo menos mais 300 quilômetros de manutenção e eles efetivamente deram 30 quilometrozinhas, não é? E na verdade é o seguinte - faturaram 1 bilhão. V. Exa. explica para mim onde eles investiram 1 bilhão naquela rodovia ali? Estão com os bolsos bem cheios, não é? É um bolsinho nutrido que daria para ter construído três vezes a mesma rodovia e pista dupla que estava tudo pronto - não fizeram um quilômetro de asfalto ainda, um quilometrozinho de asfalto, nada, absolutamente nada.

Mas, Sr. Presidente, concluo dizendo o seguinte: sobre questão de Segurança, Deputado Douglas, de 2008 a 2009 nós tivemos uma escola de Polícia em vários batalhões do Paraná, nós contratamos 873 novos policiais. Lá em Campo Mourão foram 36 novos policiais...

O Sr. Elio Rusch (DEM)

Quantos se aposentaram e quantos foram para a reserva?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

...então, quero dizer, já contratamos mais de 6 mil policiais.

Então, me desculpem, é o seguinte: penso que a questão de Segurança Pública é grave. Ainda há pouco falava com a Deputada Rosane Ferreira que é uma pessoa que tem uma sensibilidade muito grande, nós falávamos dos soldados do crack, que efetivamente é um problema grave.

Agora, efetivamente, o Governo está avançando e está trabalhando na área de Segurança Pública e vamos conseguir, e temos que comemorar mesmo, Deputado Kielse, vamos contratar, vamos lançar o edital para que as pessoas possam se inscrever em igualdade de condições para contratar 2 mil novos policiais no Estado do Paraná.

E quero convidá-lo, Deputado Douglas, a ir amanhã na Escola de Governo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Esta Presidência ainda lembra aos nobres oradores, que amanhã se realiza em Florianópolis um encontro dos donos de concessionárias de pedágio. Ouvi pela CBN.

Então, de lá não podemos esperar baixa. Podemos esperar que se unam contra o povo para aumentar o preço das tarifas.

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação n° 869/09, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, solicitando ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, a execução de obras de sinalização da rodovia PR-082, no percurso que liga as Cidades de Quinta do Sol e Engenheiro Beltrão. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação n° 870/09, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, a disponibilidade de um módulo móvel para a Polícia Militar no Município de Palmeira. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação n° 871/09, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado a pavimentação asfáltica no trecho que liga a Comunidade de Linha Esperança à Comunidade de Faxinal da Boa Vista, passando pelo Distrito de Jaciaba - Município de Prudentópolis. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Deputado Reni Pereira, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Mario Roque, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4552, de autoria do Deputado Fábio Camargo, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 21 de setembro do corrente ano, por estar representando esta Casa em Brasília na reunião sobre o Projeto de Legalização dos Bingos em nosso País. À Comissão Executiva.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 403/09, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de utilidade pública a Associação dos Servidores Municipais de Diamante do Oeste - ASSERMUDI, com sede na Cidade de Diamante do Oeste e foro na Comarca de Matelândia. **Aprovada. (Publ. no DA n° 092/09, de 17/08/09 em Projetos de Lei).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 412/09, de autoria do Deputado Reni Pereira, que declara de utilidade pública a Associação Paranaense de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu. **Aprovada. (Publ. no DA n° 094/09, de 19/08/09 em Projetos de Lei).**

2ª Discussão

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 409/09, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, que declara de utilidade pública a Associação de Amigos para Evolução do Basquete - AAPEBAS, com sede e foro no Município de Curitiba. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 411/09, de autoria do Deputado Reni Pereira, que declara de utilidade pública a AFA - Associação Fraternidade Aliança, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 285/09, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que cria no calendário oficial do Estado o Dia da Prevenção à Doença Renal, no dia 13 de março. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. E CSP. (Publ. no DA n° 060/09, de 08/06/09 em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 285/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto apresentado pela insigne Deputada Cida Borghetti pretende criar no calendário oficial do Governo do Paraná o Dia da Prevenção à Doença Renal. Originalmente a nobre Deputada apresentou o projeto instituindo o dia 13 de março de cada ano como o Dia da Prevenção à Doença Renal. Logo em seguida antes

mesmo de receber o parecer desta CCJ a autora do projeto protocolou emenda modificativa ao projeto original modificando o dia inicialmente fixado à prevenção à Doença Renal para a segunda quinta-feira de cada mês de março suprimindo o parágrafo único.

Referido parágrafo atribuía alguns procedimentos à Secretaria da Saúde que deveriam ser observados por ocasião da realização do evento, tais como inclusão dos exames de urina e de creatina no sangue nos exames médicos de rotina.

Por seu turno a emenda suprimiu o referido parágrafo mantendo apenas o artigo 1º como o *caput* com a alteração do dia do evento.

Chamado esse relator a se manifestar sobre as modificações introduzidas pela autora do projeto, cabe ao exposto tão-somente a análise da constitucionalidade e legalidade do projeto e sua emenda.

Fundamentação

Quanto à iniciativa para legislar, o Regimento Interno desta Casa de Leis em seu artigo 29, parágrafo 1º, I, assim dispõe, *literis*:

Art. 29. (...)

§1º As Comissões Permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:

I - Iniciar o processo legislativo em leis complementares e ordinárias, nos casos permitidos pela constituição.

(...)

Art. 33. Cabe às Comissões Permanentes, observada a competência específica:

(...)

§ 2º À Comissão de Constituição e Justiça compete: manifestar-se sobre todas as proposições quanto ao seu aspecto constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa; manifestar-se sobre o caráter estrutural dos projetos para os fins previstos na Constituição do Estado e sobre os recursos previstos neste Regimento; propor através de projeto de resolução; propor através de projeto de resolução a suspensão, no todo ou em parte, de lei ou de decreto municipal declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça; e, quanto ao mérito, sobre as proposições relativas às seguintes matérias: I - criação de Municípios;

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe ainda o RI desta casa, *literis*:

(...)

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembleia, ao Governador, aos tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

(...)

Quanto a emenda à proposição assim preleciona o Artigo 141 do RI desta Casa de Leis, *literis*:

(...)

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, parágrafo 3º deste Regimento.

Ainda sobre a iniciativa das leis cumpre observar o que a Constituição Estadual impõe, *literis*:

(...)

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

(...)

O projeto de lei ora em análise que objetiva criar no calendário oficial do estado o Dia da Prevenção à Doença Renal, encontra-se em consonância com os artigos 23, II, 24, XII e 25, parágrafo 1º da Constituição da República, *literis*:

(...)

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

...

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

(...)

Art. 24. Compete a União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

(...)

Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.

(...)

Não é demais acrescentar que o projeto cumpre também o disposto no artigo 167 da Constituição Estadual, literis:

(...)

Art. 167. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à prevenção, redução e eliminação de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde para a sua promoção, proteção e recuperação.

Parágrafo Único. Ao Estado, como integrante dos Sistema Único de Saúde, compete implementar ações destinadas a cumprir as atribuições referidas no artigo 200 da Constituição Federal.

(...)

O projeto está de acordo com a disposição constitucional, visto que se trata de projeto de lei que institui Dia de Prevenção à Saúde Renal não encontrando óbice legal e se reveste do caráter eminentemente social.

Quanto à técnica legislativa, o projeto atende os pressupostos de elaboração das leis.

Conclusão

Estando o projeto de lei revestido de constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa adequada meu parecer é pela sua aprovação com a emenda modificativa apresentada pela própria autora, para que esta Casa de Leis aprecie o seu mérito em plenário.

Sala das Comissões, em 06/06/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 285/09

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Cida Borghetti, que dispõe sobre a criação do Calendário Oficial do Estado o Dia da Prevenção à Doença Renal.

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, pois a proposta tem por objetivo de criar políticas específicas para prevenção das doenças renais, melhorando os conhecimentos dos cidadãos sobre a doença e os riscos da falta de prevenção.

Isto posto, opinamos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 31/08/09.

(aa) NEY LEPREVOST - Presidente
DR. BATISTA - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 424/09, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, que declara de utilidade pública a Associação dos Produtores de Leite de Icaraíma e Região - ASPLEIR, com sede e foro no Cidade de Icaraíma. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 097/09, de 25/08/09 em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 424/09

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, declara de utilidade pública estadual a Associação dos Produtores de Leite de Icaraíma e Região - ASPLEIR, com sede no Município de Icaraíma e foro na Comarca de Umuarama, no Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

No entanto, tendo em vista que a sede que se consta no artigo 1 do Estatuto Social da Associação dos Produtores de Leite de Icaraíma e Região - ASPLEIR é o Município de Icaraíma e sendo o foro correto a Comarca de Umuarama, no Estado do Paraná, sugere-se a Emenda Modificativa em anexo, com fulcro no artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 15/09/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 424/09
EMENDA MODIFICATIVA

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Modificativa, para contar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Produtores de Leite de Icaraíma e Região - ASPLEIR, com sede no Município de Icaraíma e foro na Comarca de Umuarama, no Estado do Paraná.

Sala das Comissões, em 15/09/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 427/09, e autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública a Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná - FACIAP, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 097/09, de 25/08/09 em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 427/09

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nelson Justus, declara de utilidade pública estadual a Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná - FACIAP, com sede e foro nesta Capital.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 15/09/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos**O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)**

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 4555, 4556 e 4579, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, encaminhei um requerimento que, com certeza, vai para a Mesa Diretiva, deve estar nas mãos de vocês, a respeito da formação de uma Comissão Especial para nós da Assembleia, visto que o que importa ao Estado do Paraná, a questão do pré-sal, para montarmos uma Comissão de seis Parlamentares, com o intuito não apenas do pré-sal, mas de termos uma reunião conjunta com a Superintendência da PETROBRAS Paraná/Araucária, para demonstrar que não é só o Governo Federal, os investimentos bilionários que estão sendo feitos na Araucária REPAR, mas que a Assembleia Legislativa tem a condição técnica, jurídica e legislativa também de acompanhar a falta de investimentos no nosso Litoral.

Acompanhamos hoje quatro Estados tendo investimento na ordem de R\$ 120 bilhões no período de três anos, que até o final vai chegar a R\$ 200 bilhões o investimento do pré-sal, só na parte de infraestrutura. Por isso, esse requerimento se faz necessário para aprovação, e na sequência ser indicado pela Presidência, toda estrutura dos partidos, para serem subdivididos nas suas responsabilidades no acompanhamento desse movimento que não é só do Paraná, mas é do Brasil inteiro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Esta Presidência reconhece que, de fato, existe o requerimento e que tem-se uma norma na Mesa de não ler esses requerimentos. Acho errado, porque inclusive, às vezes, V. Exa. requereu e alguns Deputados não terão conhecimento se não forem lidos. Uma vez reclamei que até voto de pesar tem que ser lido, para dar uma satisfação à população.

Requerimento nº 4582, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 4540, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 4542, 4546, 4549 a 4551, 4559 e 4560, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4553, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4561, de autoria do Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4562, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4565, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4566, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimentos nºs 4567 a 4575, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 4580, 4581 a 4584, de autoria do Deputado Chico Noroeste, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4585, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 4586 A, B, C, D e E, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4586, de autoria do Deputado Professor Lemos, com apoio dos Deputados Elton Welter, Dobrandino da Silva, Chico Noroeste e demais Deputados, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Com despacho nosso para a Comissão Executiva, para serem tomadas as providências.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Primeiro gostaria de parabenizá-lo pela competência que comanda os trabalhos desta Casa. Segundo, o conceituado jornal Folha de Londrina publicou a matéria dizendo que a nossa Cidade de Londrina é uma das que mais contribui com impostos para o Governo Federal. O povo paga imposto, e muito imposto. No entanto, de acordo com a mesma matéria, o que retorna do Governo para Londrina é muito pouco. Então, está faltando mais atenção do Governo do Presidente Lula, tem o Secretário pessoal dele que é de Londrina, o Ministro Paulo Bernardo é de Londrina, agora, lamentavelmente, Londrina está tendo um tratamento de terceira classe, porque ali faltam mais hospitais. Falta hospital na zona Oeste, faltam mais UTIs, faltam postos de saúde, falta tanta coisa. Se Londrina, o povo com o

seu suado esforço, está pagando imposto, cabe ao Governo Federal fazer retornar para a minha Cidade de Londrina e também para as demais Cidades, em obras, aquilo que o povo paga de imposto. Mas infelizmente está sendo, Deputado Anibelli, V. Exa. que conhece bem Londrina, é um grande municipalista, está sendo uma mão de ida, o dinheiro sai como pagamento de imposto, vai para Brasília e retorna muito pouco, ou quase nada, para fazer obras nas pequenas Cidades e nas Cidades de porte médio, inclusive cidade grande como de Londrina. O povo acaba sendo altamente prejudicado. Para imposto mas o retorno é quase zero.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Veja V. Exa. que tem quatro, cinco Deputados Federais de renome representando Londrina em Brasília. Aqui V. Exa., o Deputado, o Deputado Waldyr Pugliesi. Pena que V. Exa. não é o Prefeito de Londrina, porque se a Justiça não atrapalhasse a vontade popular, V. Exa. estaria cobrando do Presidente Lula o retorno, já que os representantes não fazem.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 22, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 243/08.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 285, 424 e 427/09.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 368, 426 e 429/09 e dos Projetos de Decretos Legislativos nºs 002, 003, 004 e 005/09.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Diretoria Geral

Portaria DAT

PORTARIA Nº 194/09 - DAT

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 269 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no artigo 17 da Lei nº 16032 de 29/12/08.

R E S O L V E :

ajustar o Orçamento da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 16032 de 29/12/08 nas rubricas abaixo:

REDUÇÃO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
33903500	2000	100	60.000,00
Total			60.000,00

ACRÉSCIMO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
33903913	2000	100	50.000,00
33903922	2000	100	10.000,00
Total			60.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, 01/09/09.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Visto:

Alexandre Curi - 1º Secretário

Atas de Comissões**Saúde Pública**

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
AUDIÊNCIA PÚBLICA

Ao 01 dia do mês de julho de dois mil e nove reuniram-se na sala de reuniões das comissões a Comissão de Saúde Pública, presidida pelo Sr. Deputado Ney Leprevost. Havendo número legal o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, convidando as pessoas presentes para ocuparem a Mesa: o Sr. Gari Vinícius; Prefeito Municipal de Rio Negro, o Sr. Alceu Swarowski; o representante da ABRABAR, Sr. Fábio; o representante do SITIFUMO, Sr. Valdemir Vielevski; representante da AFUBRA, Sr. Nilton Romanoski; representante da Sociedade Paranaense de Psiquiatria, Dr. Marco Antonio Bessa; representante Dr. Jayme, do Comitê Antitabagista da Associação Médica do Paraná; representante da Secretaria Estadual da Saúde, Sra. Erlene T. dos Santos; representante da ABIH, Sra. Valquiria; representante da Federação das Indústrias do Paraná, representando o Sindicato dos Panificadores, Joaquim Cancela Gonçalves; representante da ABRASEL, Sr. Marcelo Pereira; representante da Associação Médica do Paraná, Sr. José Fernando Macedo, representado pelo Dr. Jayme, já citado; representante do Conselho de Saúde da Região Metropolitana, o Sr. Luciano Ducci enviou representante; Sr. Gregório, representante do Sindicato de Jornalistas do Paraná; representante Dr. Jonatas, da Associação Médica Brasileira; representante Dr. João Alberto Lopes Rodrigues, Secretário Municipal de Saúde de Curitiba; e Dr. Saulo Carvalho, representando a Pediatria. Quero registrar a presença dos

seguintes Deputados: Artagão Júnior; Jonas Guimarães, Luiz Claudio Romanelli; Stephanes Júnior; Reni Pereira e a Deputada Rosane Ferreira. O objetivo da reunião, debater sobre o substitutivo que o Deputado Reni Pereira apresentou aos quatro projetos que estavam tramitando aqui nesta Casa sobre a legislação antitabagista. A reunião transcorreu conforme notas taquigráficas em anexo. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Fabíola Fedeger, secretária desta comissão.

(aa) NEY LEPREVOST - Presidente
Fabíola Fedeger - Secretária

Obras Públicas, Transportes e Comunicação

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de setembro do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, sob a presidência do Deputado Marcelo Rangel. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando à Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 384/09, de autoria do Poder Executivo. Relator Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Lei nº 446/09, de autoria do Poder Executivo. Relator Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, secretário da comissão, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(a) MARCELO RANGEL - Presidente

Publicações Administrativas:**Procuradoria Geral****Parecer**

Parecer n°: 238/09-PG

Interessado: TATIANA MAIA VIEIRA FELIPPE

Protocolo n°: 10347/09

Assunto: Cópia de documentos do servidor Dino José Bronze de Almeida

Senhor Diretor Geral:

O que se pode entender é que a subscritora do requerimento, advogada Tatiana Maia Vieira Felipe, quer uma cópia do Plano de Cargos e Salários (?) ou um demonstrativo da evolução salarial do servidor Dino José Bronze de Almeida desde 2001.

Muito embora não tenha se dirigido corretamente à V. Sa., protocolou o Requerimento sob o n° 10347/09, de forma que, por esse fato, deve ser respondido.

A Requerente não juntou instrumento de outorga de poderes para o pleito em nome do servidor em questão. Tampouco fez menção à finalidade do requerimento. Tais circunstâncias obstam o deferimento, conforme se explica adiante:

O defeito de representação que vicia o pedido atinge a inviolabilidade de informações prevista no artigo 5° da Constituição Federal, regulamentado pelo artigo 7° e seu parágrafo da Lei n° 11111/05.

Art. 7° Os documentos públicos que contenham informações relacionadas à intimidade, vida privada, honra e imagem de pessoas, e que sejam ou venham a ser de livre acesso poderão ser franqueados por meio de certidão ou cópia do documento, que expurgue ou oculte a parte sobre a qual recai o disposto no inciso X do caput do artigo 5° da Constituição Federal.

Parágrafo Único. As informações sobre as quais recai o disposto no inciso X do caput do artigo 5° da Constituição Federal terão o seu acesso restrito à pessoa diretamente interessada ou, em se tratando de morto ou ausente, ao seu cônjuge, ascendentes ou descendentes, no prazo de que trata o parágrafo 3° do artigo 23 da Lei n° 8159, de 08/01/91.

Desta forma, não merece nem pode obter o deferimento, sob pena, inclusive, de responsabilização criminal da autoridade que o autorizar.

Este é o nosso entendimento, S.M.J., pelo menos até que se comprove a outorga de poderes bastante para o requerimento.

É o parecer, que colocamos à apreciação de V. Sa., sob censura.

Curitiba, em 03/09/09.

(a) ERON ABOUD
Procuradoria Geral

Despachos

Procuradoria Geral

I - De acordo com o Parecer n° 238/09-PG

II - À consideração do Sr. Diretor Geral.

Curitiba, em 09/09/09.

(a) AYRTON COSTA LOYOLA
Procurador Geral

Diretoria Geral

À Procuradoria Geral

1 - Para, além de dizer que concordo com o parecer da Procuradoria Geral, cumprimentar e parabenizar o entendimento, afinal a peticionária não se dirigia a ninguém e nem tem credenciais para fazê-lo.

É nossa obrigação proteger a vida funcional de servidores.

2 - Volte.

Curitiba, em 10/09/09.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Procuradoria Geral

I - Ciente;

II - Opinamos para que seja dado conhecimento a requerente.

Curitiba, em 11/09/09.

(a) AYRTON COSTA LOYOLA
Procurador Geral

Diretoria Geral

Protocolo n° 10347/09

1) INDEFIRO, nos termos do parecer da Procuradoria.

2) Ao DSE para publicação.

3) Ao DA para arquivar.

Curitiba, em 15/09/09.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Comissão de Licitação

Minuta de Contrato

Modalidade: Tomada de Preços n° 002/09 - Protocolo n° 4845/09.

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados em sistemas de ar, conforme as especificações contidas no anexo I do instrumento convocatório.

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Contratada: Quimitec Química Industrial Ltda.

Valor: R\$ 399.293,59

Dotação: 3390.3913

(a) COMISSÃO DE LICITAÇÃO